

DEPOSITO LEGAL  
1967

... de monstros? E na  
produziu-os. Por estas e  
criações do espírito,  
caprichos nos Dispa-  
tes, tal como as Pinturas ne-  
ras onde as sombras e  
monstruosas expressões do es-  
to humano a Go...  
mais perto...  
cursores...  
Surre...  
foro...  
se...  
de...  
e...  
verdadeiramente, não há mons-  
tros em Chagall. Para os criar, te-  
ria que se trançar ao espírito de

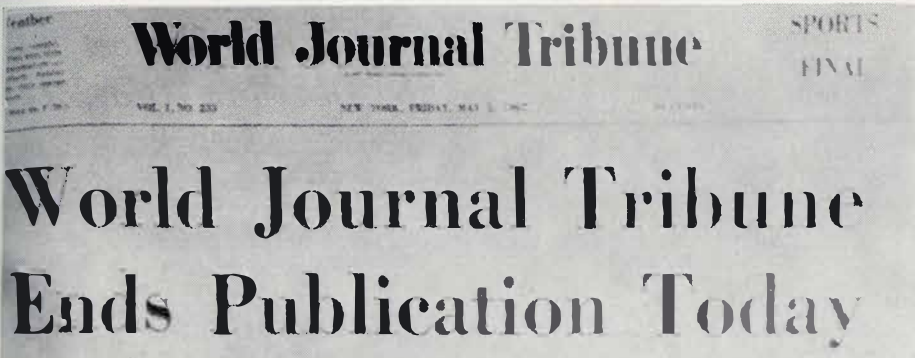
... sentido na  
transposição poética, no jogo in-  
quietante das coisas reais e fan-  
tásticas — um sentido de encon-  
trar, através de criações, entendi-  
das como absurdas, acaso uma  
outra ordem, num mundo oposto a  
este mundo — enredo e desu-  
mano.

Essas mesmas coisas... a  
jugação...  
que...  
perturba, assombra. As...  
simples também imaginam, nas  
sombras da noite, o adejar de  
abantesmas, a presença de fantas-  
mas. Nem tudo pode ser bouquets  
embebedos de orvalho, irisados de  
luz...

Frente a Notre-Dame, nasce  
uma mulher...  
mudona e de

... que alguma coisa por  
porventura, delucidável. E a  
estéticas de Chagall  
ram-se...  
Chagall é um...  
poeta, nada se poderá estr  
Depois que se representa a  
nas para o ar, sorrindo  
mundo, ou do mundo, é do  
ceber que os seus cavalos —  
les plácidos...  
prefere e...  
Também os peizes tomam  
asas, para voar com o céu,  
pêndula — quando não...  
as toma, e voa, talvez p  
cansado de medir o...  
de saber...  
Es  
peizes, não se  
tanto que, depois de usarem  
pêlo de chuva, lhes nasce um

# Jornalismo



Nas páginas  
8, 9 e 10:  
«The Times»  
— um velho  
jornal em  
renovação

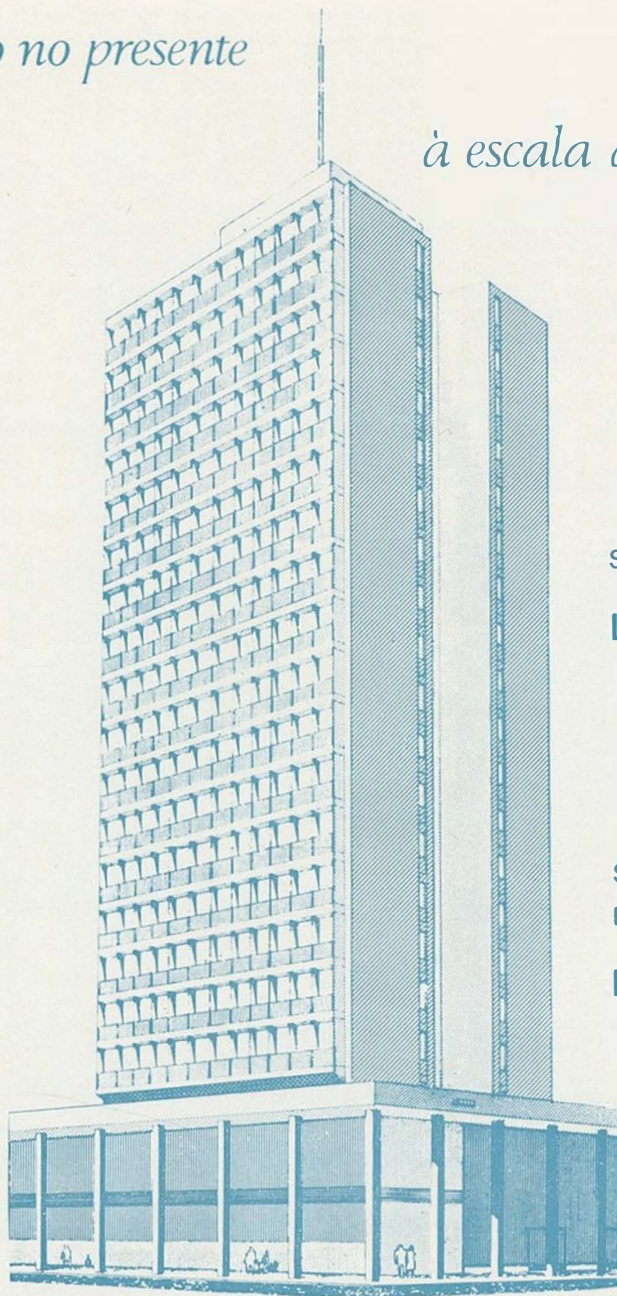
**CRISE DA IMPRENSA** — um fenómeno que terminou com a carreira do «World Journal Tribune» mas que também afecta o «Die Welt» e outros prestigiosos jornais, nos Estados Unidos, como na Alemanha e na França: artigos nas páginas 18 a 23.

Neste número, colaboração de: Dr. Mateus Boaventura, Dr. Manuel L. Rodrigues, João Gomes, Diamantino Faria, Nuno Rocha, Jaime Santos, «Sunday Times», Dr. Francisco C. P. Balsemão, «Tribuna da Alemanha», John Tebbel, Dr. Fernando Soromenho e Ken Graham Thomson e ainda informações sobre a Imprensa hebdomadária portuguesa e estrangeira e acerca de problemas da classe.



*Edificando no presente*

*à escala do futuro!*



Sede Social

**LUANDA**

Sede Administrativa  
R. S. Nicolau, 71

**L I S B O A**



**BANCO  
COMERCIAL  
DE ANGOLA**



# ÊXITO QUE É RESPONSABILIDADE

Os aplausos que saudaram o primeiro número de JORNALISMO surpreenderam-nos. Não o afirmamos, evidentemente, por falsa modestia, já que nos dirigimos a colegas e é timbre da Direcção do Sindicato exprimir-se com franqueza e sinceridade. Dizemo-lo por ser verdade. Conscientes de que haviam trabalhado esforçadamente e certos de que o Boletim apresentava a dignidade condizente com os seus objectivos e a responsabilidade do organismo de que é órgão, os organizadores de JORNALISMO não julgavam ter feito jus à completa aprovação que saudou, na classe, a sua iniciativa. Ficaram satisfeitos, evidentemente, assim como se regozijaram com as notícias que a Imprensa diária, com poucas excepções, publicou acerca do aparecimento do Boletim. Regozijo tanto mais natural quanto é certo que não solicitaram qualquer notícia (não foram enviados aos jornais, sequer, os habituais exemplares para permuta).

A aprovação que JORNALISMO concitou reveste-se, aliás, de um aspecto menos agradável: obriga-nos a trabalho redobrado, para que o nível e a utilidade registados no n.º 1 sejam mantidos nos seguintes. Neste e naqueles que serão publicados. Ao mesmo tempo, e porque o nosso objectivo é trabalhar para a futura publicação de um órgão da Imprensa «destinado ao estudo dos interesses Profissionais e a servir de instrumento de cultura e informação», conforme se preconiza nos Estatutos do Sindicato, temos que a opinião dos consócios é dar-lhe expressão, a exemplo do que vimos fazendo em todos os problemas da classe.

Cometimento difícil. O inquérito que levámos a cabo junto dos asso-

ciados caracterizou-se pela definição de três rumos principais nas opiniões expendidas. Assim:

- a) O Boletim deverá ter periodicidade mensal (47% das respostas);
- b) Deverá dar relevância nas suas páginas a problemas da técnica da profissão (83% das respostas);
- c) Deverá manter perfeita independência e isenção (91% das respostas, entendendo-se que a restante percentagem representa a falta da observação).

Um Boletim mensal? Certamente —mas como, de que maneira, com que meios? A venda de JORNALISMO, que nos está interdita, pois o Boletim não é para o público, não compensaria o custo da edição e apenas 48% das respostas ao inquérito optam por esta solução. A assinatura entre os consócios? Reuniu 13% de respostas afirmativas, mas seria sempre contingente e não pagaria integralmente a edição, excepto se estabelecêssemos um preço elevado. Quanto à publicidade — 86% das respostas acharam a solução acertada e 14% condenaram-na —, o sistema adoptado servirá somente durante esta fase do Boletim. Ora, se é difícil, nas actuais circunstâncias, a publicação bimestral, como poderíamos editar mensalmente JORNALISMO?

A sugestão contida na alínea b), perfazendo a quase completa unanimidade, constituiu para nós, confessamo-lo, uma surpresa e, simultaneamente, uma satisfação. Significa, incontestavelmente, que a classe está empenhada na sua elevação profissional e interessada em contribuir mais decisivamente para a renovação

e melhoramento que se vêm verificando na Imprensa diária portuguesa e que a ela própria pertence. Lutamos, porém, com obstáculos quase intransponíveis para concretizar este objectivo. Esperamos corresponder melhor nos próximos números ao desejo manifestado pelos leitores de JORNALISMO, valendo-nos da colaboração de consócios e da contribuição de estrangeiros.

Quanto à observação da alínea c), o juízo ficará ao cuidado dos consócios. Será a determinação de mais fácil cumprimento, porque corresponde à orientação imprimida à gestão do Sindicato e, consequentemente, do Boletim.

No presente número inserimos material que reputamos de algum interesse, aguardando que os nossos camaradas se pronunciem sobre ele, a exemplo do que muitos fizeram relativamente à colaboração publicada no primeiro Boletim.

## JORNALISMO

BOLETIM DO SINDICATO  
NACIONAL DOS JORNALISTAS  
ANO 1 — N.º 2 — JULHO DE 1967

DIRECTOR

J. M. Pereira da Costa

EDITOR

José Estêvão Santos Jorge

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO

Nuno Rocha

Redacção e Administração

R. dos Duques de Bragança, 7, 2.º

Telefone 3 43 54 — Lisboa

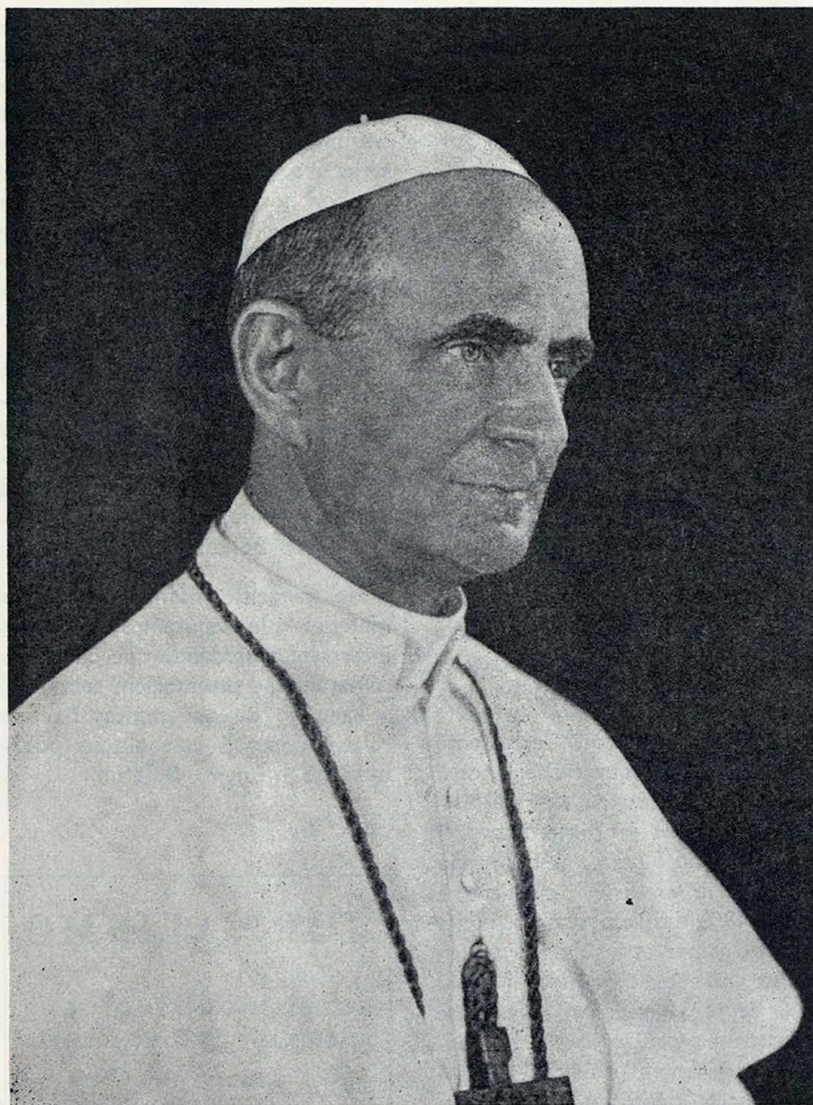
(Sede do Sindicato Nacional dos  
Jornalistas)

Composição e Impressão

Nova Lisboa Gráfica, Lda.

Travessa do Fala-Só, 11-D - Lisboa





Paulo VI: uma bênção que foi uma homenagem aos jornalistas portugueses

## A reportagem da visita de Paulo VI a Fátima mobilizou toda a Imprensa portuguesa

A reportagem da visita do Papa foi, na realidade, um êxito para a Imprensa portuguesa.

O Subsecretário de Estado da Presidência, num ofício muito honroso para o Sindicato, exprimiu-nos a homenagem do Governo à dignidade e competência com que os jornalistas portugueses se houveram na conjuntura. O Cardeal-Patriarca de Lisboa e outros altos dignitários da Igreja

emitiram semelhante opinião. Louvores a que, certamente, os jornalistas não foram indiferentes.

No entanto, para os profissionais da Imprensa, o melhor agradecimento terá consistido, sem dúvida, no êxito com que serviram o público. Encarregados do relato de um acontecimento que trouxe a Portugal grandes jornalistas de todo o Mundo, os portugueses levaram a cabo a sua

missão de uma forma que não receia confronto. Por brio profissional, apenas. Nem haveria, aliás, retribuição material que pagasse o sacrifício de dois dias de trabalho consecutivo, realizado sob a intempérie, lutando contra a precaridade dos meios postos à sua disposição. Foi uma vitória honrosa para as equipas de reportagem que se deslocaram a Fátima. A elas ficou a dever-se o êxito alcançado, em maior ou menor escala, por todos os órgãos da Imprensa diária portuguesa. Bem mereceram, pois, a bênção especial com que o Papa distinguiu os jornalistas portugueses, os repórteres — e reporteres foram na ocasião redactores, subchefes, chefes de redacção e mesmo directores de jornais que estiveram a trabalhar em Fátima — que realizaram a cobertura jornalística da peregrinação de Paulo VI.

### À margem de uma peregrinação

«Aos queridos jornalistas portugueses, por ocasião da nossa peregrinação a Fátima, com ardentes votos de uma obra sempre e cada vez mais sólida de defesa e propagação da verdade em prol de toda a humanidade, concedemos a Nossa Bênção Apostólica».

Com estas palavras, terminou a visita do Papa Paulo VI à Cova da Iria. Filho de um grande jornalista italiano, ele tem procurado, por várias vezes, definir o papel da Imprensa no mundo em que vivemos. Mais até do que o anterior Pontífice, ele tem tido oportunidade de conviver com os jornalistas, quer através dos trabalhos do Concílio, quer nas suas diversas viagens fora do Vaticano, quer ainda nas numerosas audiências que lhes tem concedido.

Aliás, uma peregrinação papal, como esta de Fátima, além do alto significado religioso, é um extraordinário acontecimento sob o ponto de vista da Informação. Centenas de jornalistas de todo o Mundo, homens da Imprensa, da Rádio, do Cinema e da Televisão deslocaram-se ao nosso País. Quanto à cobertura interna, ela esteve a cargo de alguns dos nomes mais em evidência dos nossos jornais e todos — ou quase todos —, honra lhes seja feita, fizeram prodígios para que essa reportagem constituísse uma prova real das possibilidades próprias e dos órgãos que representavam. E digo quase todos porque jornalistas houve que não resistiram à emoção do acontecimento, chegando a sacrificar a profissão ao fervor religioso e outros, ainda, que, esquecidos dos ensinamentos papais e da sua ética, procuraram ir além do que os seus olhos viram, mas que o coração lhes adivinhava. A estes últimos nossos colegas, afinal



muito «mais papistas que o papa», se ficaram a dever algumas das raras notas tristes da reportagem, mas o facto põe também em evidência, uma vez mais, que o jornalista não pode ficar aquém da verdade ou ultrapassá-la.

Fazer jornalismo pode não ser só informar, mas também interpretar. E neste último caso o homem da Imprensa fez a história dos acontecimentos. Por isso, é demasiado perigoso tirar conclusões que se sabe de antemão não terem qualquer base de verdade. Estão neste caso todos aqueles que procuraram ligações políticas da viagem do Santo Padre à Cova da Iria, quando o próprio Paulo VI por várias vezes repetiu o seu objectivo de simples peregrino para rezar pela paz.

É estranho, e parece paradoxal, que os poucos jornalistas que trocaram o verbo «informes» pelo «deformes» tivessem sido geralmente os mais fervorosamente católicos, aqueles para quem a palavra do Papa costuma constituir dogma. Como eles explicam os seus actos neste Mundo, sabemos nós. Mas... e no outro? O que acontecerá quando o Divino Mestre os interrogar por terem duvidado das afirmações do seu representante na Terra? Certamente, não haverá enxofre suficiente no Inferno para os castigar. Confesso que não queria estar-lhes na pele (da alma). Mas lá virá o julgamento final para prestarem contas e talvez por terem conhecimento disso eles procuram gozar o melhor possível a sua passagem terrena. O que não impede, porém, algumas considerações sobre ética profissional.

Disse o Papa João XXIII que «o homem tem direito natural ao respeito da sua dignidade; ao seu bom nome; à livre investigação da verdade e, dentro das regras da ordem moral e do bem comum, a manifestar e difundir o seu pensamento bem comum ao cultivo de qualquer arte: tem finalmente direito a uma informação verdadeira dos acontecimentos públicos».

Isto está escrito na encíclica «Pacem in Terris», um dos mais importantes documentos da Igreja de todos os tempos, uma das maiores constituições que jamais foram publicadas. Esta encíclica preocupa-se muito com a definição da verdade sob o ponto de vista social. Um dos capítulos, intitulado: «Direito dos povos à informação objectiva», começa com estas palavras: «Exige ainda a verdade que no uso dos meios de informação que a técnica moderna introduziu, e que tanto servem para fomentar e estender o mútuo conhecimento dos povos, se observem sempre as normas de uma serena objectividade».

Julgo que será por esta afirmação, e por outras semelhantes, que o Papa João XXIII não agradou a todos os «católicos». Mas poderemos nós encontrar algum dirigente que agrade a toda a comunidade, mesmo que ele seja tocado pela graça do divino?

**Mateus Boaventura**

## DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

### Duas notícias de 1918 e 1945

Um repórter de televisão avistou-me, há longo tempo, numa festa de passagem de ano e decidi incluir-me na série de mini-entrevistas que estava fazendo. No breve diálogo que se seguiu entre o profissional do jornalismo electrónico e o do jornalismo impresso, uma das perguntas que me fez, na presença intimidante da câmara que nesse momento levava a nossa imagem ao resto do País, foi pouco mais ou menos a seguinte:

— Qual foi a notícia mais importante que até hoje lhe passou pelas mãos?

Apanhado de surpresa, respondi que fora a notícia de ter acabado a guerra. Em verdade, foi muito mais uma notícia que vivi, do que uma notícia que me passou pelas mãos, a exemplo de tantas outras. O fim da guerra na Europa em 1945 foi anunciado quando eu estava de visita ao campo de concentração de Dachau e escutei a declaração feita por Churchill através de um receptor de rádio que os soldados americanos tinham posto à disposição dos internados. Tive mais tarde ocasião de escrever sobre o acontecimento, mas é evidente que não tinha nesse instante de ocupar-me da publicação da notícia. Se a resposta de improvisado foi pois inexacta, resta-me porém a convicção de que não há notícia mais importante para um mundo em guerra do que o anúncio de ter terminado o pesadelo.

Os homens da minha idade abrangeram no seu período de vida duas grandes conflagrações mundiais. Se a primeira nos encontrou ainda muito novos para lhe apreciarmos as dimensões trágicas, alguns aspectos da segunda ficaram porém a fazer parte da nossa experiência pessoal. Parece-me portanto que tem certo interesse recordar alguns factos relacionados com as notícias supremamente importantes do fim de cada uma dessas guerras. O que vai contar-se não é inédito, escusado será dizer, mas comporta ensinamentos que poderão ser úteis aos profissionais da informação.

Na noite de 6 para 7 de Novembro de 1918, o presidente da United Press, Roy W. Howard, jornalista de larga experiência, fez a viagem de comboio de Paris a Brest, onde ia embarcar para os Estados Unidos. Ao chegar de manhã àquele porto, corria com grande insistência o boato de que fora assinado um armistício. Howard tratou imediatamente de procurar obter confirmação oficial e conseguiu por fim encontrar o almirante Henry B. Wilson, comandante das forças navais norte-americanas em França, que lhe disse ter recebido um telegrama

nesse sentido do capitão-de-mar-e-guerra Jackson, ao tempo adido naval à Embaixada dos Estados Unidos em Paris.

Roy Howard correu para o telégrafo e, por inexplicável acaso, a sua mensagem escapou à censura militar. Devido à diferença de longitude, a notícia chegou a Nova Iorque à hora do almoço e foi imediatamente difundida pela United Press. A população em delírio já não trabalhou mais nesse dia, festejando nas ruas a boa nova. A verdade, porém, é que o armistício só foi assinado quatro dias depois, a 11 de Novembro de 1918.

Nunca se esclareceu como fora possível este equívoco. Numa atitude muito digna, o almirante Wilson publicou imediatamente um comunicado em que ilibava o jornalista da United Press de qualquer responsabilidade. Por sua vez o capitão de mar e guerra Jackson declarou que a notícia lhe fora telefonada por um oficial francês, mas este nunca chegou a ser identificado. Uma complicada teoria esboçada para explicar os factos foi a de que, nas negociações em curso entre os comandos aliado e alemão, o primeiro rejeitara propostas apresentadas pelo segundo. Admite-se assim que, para provocar uma explosão de alegria popular que forçasse os aliados a abreviarem as discussões, os serviços secretos alemães tivessem tido artes de pôr a circular em França a falsa notícia. Mas trata-se apenas de uma hipótese que nunca se comprovou.

Com a capitulação incondicional da Alemanha na segunda Guerra Mundial aconteceu o contrário: a notícia só foi divulgada treze horas depois e mesmo assim porque um jornalista se considerou desligado do compromisso que assumira de não a tornar pública enquanto não recebesse expressa autorização para isso. Se o embargo tivesse sido respeitado, o Mundo só teria tido conhecimento do facto 36 horas depois da assinatura do termo de capitulação.

O acto decorreu no maior segredo em Rheims, no edifício de uma escola técnica onde o supremo comando aliado tinha instalado o seu quartel-general. Na madrugada de 7 de Maio de 1945 compareceram ali o general Alfred Jodl, que assumira o comando do Exército alemão após o suicídio de Hitler, e o almirante Hans Georg von Friedeburg. O primeiro mantinha uma atitude solene e o segundo estava manifestamente nervoso, tendo posto termo à vida alguns dias depois.

Quatro exemplares do termo de capitulação incondicional foram assinados pelos comandantes aliados: general Bedell Smith, pelo supremo comando, general François Sevez, pela França, general Ivan Susloparov, pela União Soviética, e almirante Sir Harold Burrough, pela Grã-Bretanha, após o que os dois oficiais alemães apuseram as suas assinaturas. Jodl fez um breve apelo à generosidade dos aliados para com os vencidos, tendo em seguida os presentes passado ao gabinete do general Eisenhower, que perguntou aos dois alemães se estavam pron-



tos a cumprir as cláusulas, ao que eles responderam afirmativamente.

A cena foi presenciada por dezassete jornalistas que tinham sido trazidos de Paris em avião militar e aos quais foi exigido, individualmente, o compromisso de nada dizerem do que se tinha passado enquanto não fossem expressamente autorizados pelo supremo comando a fazê-lo.

Os dezassete jornalistas voltaram a Paris e começaram para eles horas de crescente nervosismo. Não havia autorização para dar a notícia. Na realidade, Eisenhower recebera ordem do Presidente Truman para continuar a guardar segredo sobre o assunto. Estaline queria que se realizasse outra cerimónia de capitulação em Berlim, que estava marcada para as 15 horas do dia 8 de Maio, ou seja 36 horas depois da que se efectuara em Rheims. O que Estaline pretendia sobretudo era criar a impressão de que a guerra fora ganha a leste pelos Russos e que a contribuição ocidental fora insignificante. Truman, por seu lado, que assumira a presidência menos de um mês antes pela morte de Roosevelt, queria preservar a aliança, pois o Japão continuava em guerra, e estava por isso preparado para aceitar a exigência soviética.

Entre os dezassete jornalistas privilegiados contava-se o jornalista Edward A. Kennedy, chefe da delegação da Associated Press em Paris. No Hotel Scribe, onde estava instalado o serviço de relações públicas do supremo comando, Edward Kennedy viveu horas de tortura. Assistira a um acontecimento de tanta importância e negavam-lhe autorização para dar a notícia por que o Mundo esperava ansiosamente.

Doze horas depois da assinatura dos termos da capitulação em Rheims, o conde Ludwig Schwerin von Krosigk, falando em nome do almirante Doenitz, anunciou pela emissora de Flensburg que a Alemanha fora esmagada, exortando os seus compatriotas a cessarem a resistência. A emissão foi captada no estrangeiro e o Ministério das Informações britânico divulgou o texto da alocação de Von Krosigk.

Edward Kennedy sabia que a emissora de Flensburg se encontrava em poder das tropas aliadas. Concluiu, portanto, que Von Krosigk só podia ter falado com o consentimento das autoridades militares, como efectivamente sucedera, pois Eisenhower queria evitar por todos os meios o inútil prolongamento da luta. Essa circunstância serviu ao jornalista americano como ponto de partida dum raciocínio que foi depois vigorosamente contestado. Se o supremo comando consentira por essa forma na divulgação da notícia, o representante da Associated Press podia considerar-se desobrigado do compromisso que assumira. Edward Kennedy obteve pois ligação para Londres por um telefone militar que não estava sujeito a censura e deu a notícia da cerimónia a que assistira em Rheims.

A sensação foi enorme, mas a reacção das autoridades militares teve a correspondente intensidade. O supremo co-

mando aliado suspendeu todas as regalias e privilégios dos correspondentes de guerra da Associated Press. Edward Kennedy foi mandado regressar aos Estados Unidos e algum tempo depois foi despedido pela agência que pretendia servir, dando-lhe uma das maiores «caixas» de todos os tempos.

Procedera bem ou mal? Ainda hoje as opiniões dos jornalistas americanos se dividem a tal respeito. Os que mais furiosamente o atacaram foram, como sempre sucede em tais casos, os dezasseis colegas que com ele tinham ido a Rheims. Mas Kent Cooper, director geral da Associated Press, ao pronunciar-se mais tarde sobre o caso, fez notar que Kennedy só violara afinal uma regra essencial — não participara ao seu superior hierárquico em Londres as circunstâncias em que dava a notícia e o embargo que sobre ela impedia. Se o tivesse feito, teria cumprido apenas o seu dever de repórter e a responsabilidade pela publicação da notícia competiria à direcção da agência.

É curioso notar portanto que, ao terminar a primeira guerra mundial, a United Press publicou com antecipação uma notícia falsa, e ao terminar a segunda a Associated Press publicou com atraso uma notícia verdadeira. O que prova afinal quanto há de melindroso e arriscado na missão de informar o público.

Manuel L. Rodrigues

## O noticiário internacional na Imprensa portuguesa

O noticiário internacional ocupa, nos nossos dias, um lugar destacado na leitura do jornal quotidiano. E para aqueles que se interessam pelos acontecimentos mundiais, a Imprensa falada ou pela imagem raramente pode corresponder às suas exigências: o ouvinte ou o telespectador nem sempre se satisfaz com o relato dos factos. Pretende o carregamento de materiais que lhe permitam compreender esses mesmos factos: explicações, dados históricos, analogia de sucessos, facetas dos homens públicos que estão na base dos acontecimentos e cronologia de causas próximas e remotas.

O noticiário internacional na Imprensa portuguesa limita-se ao aproveitamento dos textos tal qual são fornecidos pelas agências. São raros os jornais que têm os seus correspondentes próprios, mesmo só nas grandes capitais. Uma visão rápida dos nossos diários permite concluir pela ausência completa de qualquer comentário da vida mundial ou verificar a assinatura quase permanente de uma ou duas pessoas — quando não sempre da mesma — sempre que o jornal insere

uma crónica relativa aos eventos além fronteiras.

Esta verificação de conjunto leva-nos a extrair duas conclusões. A primeira é a de que os jornalistas profissionais que se ocupam do noticiário estrangeiro são poucos e o tempo que consagram à actividade não lhes permite mais do que aproveitar o noticiário das agências, coordenando-o, titulando e dando-lhe a disposição gráfica mais consentânea com a orientação do jornal. A segunda, não existindo o óbice do número e do tempo humanamente possível para preencher o espaço consagrado ao noticiário estrangeiro, é que os mesmos profissionais não dispõem da especialização necessária — ou não se lhes dão os meios exigidos para a adquirirem — a fim de fornecerem aos leitores um noticiário mais conciso, mais claro e mais acessível à sua compreensão.

As grandes agências noticiosas internacionais constituem hoje verdadeiros potentados da informação, dificilmente substituíveis. A rede de delegações e de informadores que mantêm nos cinco continentes permite-lhes uma verdadeira «cobertura» dos acontecimentos à escala mundial. Este facto e a torrente caudalosa de noticiário que diariamente fornecem aos seus assinantes não supõem o esgotamento das modalidades que se oferecem a um jornal para informar os seus leitores, nem a forma mais séria e mais completa de o fazer. Aos jornais cumpre fazer uma crítica de tal noticiário, expurgando-o de inexactidões, e completá-lo com a inserção de crónicas dos seus correspondentes, com a publicação de sínteses, de artigos, de notas, de biografias e de comentários.

A especialização no jornalismo, como em todos os domínios da actividade profissional, é uma característica da vida contemporânea. Pertence cada vez mais ao passado o conceito de que ao jornalista basta uma ampla cultura geral para abordar qualquer matéria, para se pronunciar acerca de qualquer tema. Esta asserção é tanto mais válida no concernente à política internacional. Qual o jornalista que se arrogará a pretensão de dominar o panorama político mundial, da guerra do Vietname à crise do Médio Oriente, das dificuldades da O.N.U. às consequências da integração económica, do diferendo sino-soviético ao significado e à evolução do Terceiro Mundo? Quem pretenderá dissertar sobre todos estes domínios, numa visão pessoal, com profundidade e competência?

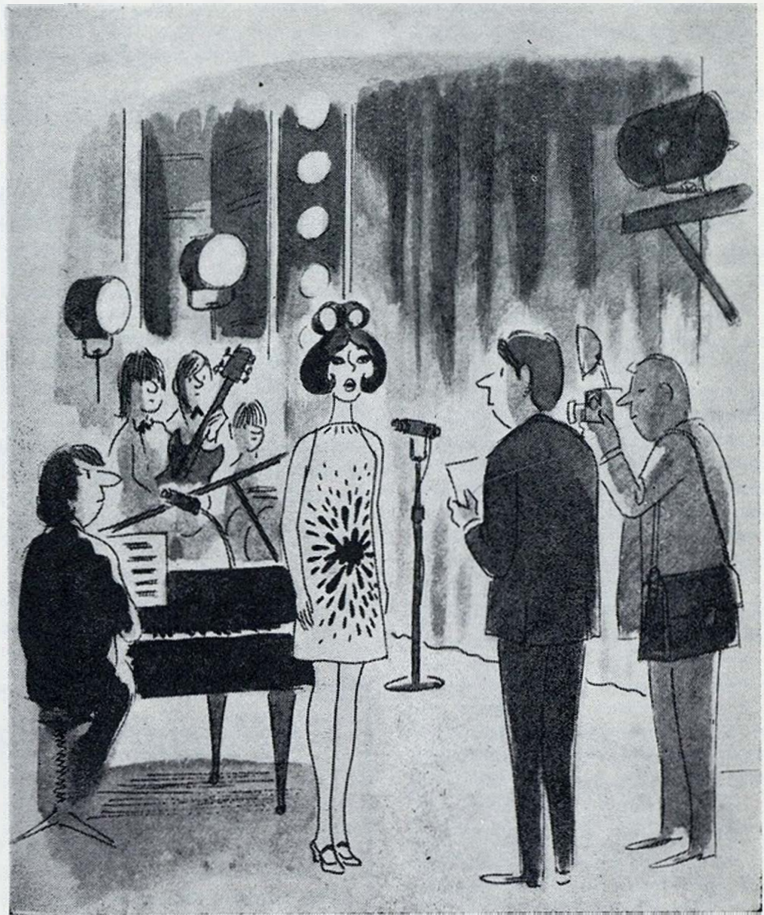
É vulgar, entre nós, termos de esperar alguns dias para ler as congeminações e os pontos de vista dos comentadores portugueses acerca das mais graves crises internacionais que vergastam o nosso tempo. Tal atraso poderá explicar-se pelo facto de aguardarem opiniões estrangeiras ou pela necessidade de reunir dados que lhes permitam situar e explicar as mesmas crises. Este arrimo às ideias exteriores, que constitui verdadeira pecha nacional, defrauda uma característica e uma condição do verdadeiro jornalismo: a actualidade. Esta, por sua vez, supõe



estudo aturado, um arquivo em ordem, tempo suficiente para leitura, vasto material informativo e, sempre que possível, contactos pessoais com a região do Mundo de que o jornalista se ocupa. Recordo, a este propósito, a afirmação de um colega de um grande diário francês, reputado pela seriedade e amplitude do seu noticiário internacional, de que precisava de uma hora por dia só para a actualização do seu ficheiro e arquivo.

Ao fazer-me eco da necessidade da especialização em política internacional não acalento dúvidas acerca dos problemas que tal exigência levanta, nomeadamente em conseguir pessoas aptas ao desempenho de tais funções. Não tenho também ilusões de que a especialização comporta os seus limites, em particular num país como o nosso, onde a tiragem dos jornais não atinge números fabulosos. Mas penso que é nessa via que se terá de caminhar para uma mais séria e mais completa informação dos leitores e para maior prestígio da Imprensa em Portugal.

João Gomes



«O público procura, simultaneamente, distração e informação. E não aceita uma divorciada da outra»

## Jornalismo radiofónico — (1)

Quando a Rádio ensaiava os seus primeiros e trementes passos, com o aparecimento, em diversos países, de estações emissoras que fugiam à inicial e exclusiva transmissão de curtas conversas, para oferecerem ao ouvinte música e outros motivos de interesse — a Imprensa sentiu-se ameaçada.

Não faltaram os pessimistas a asseverar estarem contados os dias da Informação escrita, se fosse permitido à nova rival enveredar pelos campos tradicionalmente pertencentes ao jornalismo escrito.

Poucos se aperceberam, de imediato, que a radiodifusão teria de ser um espectáculo informativo. E pela circunstância de sê-lo não iria prejudicar o oolosso da Imprensa. A prática viria a demonstrar, mais tarde, que a novel arte coadjuvária, eficazmente, os meios tradicionais da Informação.

O jornalismo apareceu na Rádio — mau grado a grande oposição que lhe foi movida — em 1925, simultaneamente, com os mais elementares espectáculos radiofónicos. Foi seu verdadeiro iniciador Teodoro Fleischman, ao montar, na Bélgica, o primeiro «diário-do-ar»: o «Rádio Cronique». Foi o mesmo profissional quem radiodifundiu a primeira «reportagem-de-éter» conhecida: do Palácio dos Desportos de Bruxelas um relato, directo, de box...

Se atendermos a que jornalismo não é mais do que um *meio de expressão*, através de veículo determinado, somos forçados a admitir que na Rádio, como no Cinema, na Televisão ou em qualquer outra actividade que sirva para comunicar com o público, haverá sempre cabimento para a Informação.

E a verdade é que a notícia tomou já posição inabalável na Radiodifusão, sem possibilidades de ser destronada da sua importância. O público procura — nas emissoras, como nos jornais, ou na TV — simultaneamente, distração e informação. E não aceita uma divorciada da outra.

Os responsáveis adquiriram tanto a certeza disso que hoje, no estrangeiro, não há estação emissora de categoria que não tenha, a par de cuidados serviços de produção, secções autónomas de noticiário, com os seus comentadores, redactores e repórteres. A todos eles é dada — sendo o nosso País excepção — qualidade de jornalistas profissionais.

Mas isso é já matéria para outra crónica...

Entre nós, a Emissora Nacional foi (como era óbvio!) a primeira estação a reconhecer o interesse e as vantagens de montar redacções próprias para elaboração dos seus noticiários.

As restantes radiodifusoras adoptaram o sistema, que ainda hoje se mantém — com honrosa excepção para o R. C. P. — de recortarem dos jornais o noticiário, lido, a horas certas, aos seus microfones. E fazem-no sem a elementar adaptação da linguagem escrita, nem sempre conforme com as necessidades da notícia oral.

Se é verdade que aquele sistema em nada (está demonstrado!) pode prejudicar a Imprensa, já não é tão certo que não prejudique os jornalistas, na medida em que são espoliados de um trabalho de si pouco compensador. A notícia que um repórter de qualquer jornal fez para o seu periódico é, sem qualquer pejo, usada nas estações de Rádio sem a mi-



nima compensação para o seu autor.

A defesa mais primária dos direitos dos jornalistas neste campo levaria à obrigação de as estações radiofónicas comerciais, que à publicidade vão arrancar fortes proventos, terem redacções próprias que, em princípio, poderiam ser servidas por profissionais da Informação. Estes veriam assim aumentados os seus rendimentos, numa actividade afim da carreira que escolheram.

É evidente que essa protecção, justíssima, só será possível quando os Poderes Públicos (tão bajulados, aplaudidos e endeusados por todos os jornalistas) se compenetrarem da valia nacional da nossa classe e lhe derem prestígio, criando cursos de jornalismo, ao nível universitário. Infelizmente, sempre que se tem pensado na hipótese, surge a ideia «magnânima» de fazer «um curso de formação acelerada», sem escolaridade capaz e, antes, constituído por meia dúzia de «lições» de gente bem sentada nas cadeiras da Filosofia Política...

#### Adiante!

Referimos atrás que o R. C. P. é excepção à norma da espoliação, pura e simples, dos noticiários dos jornais. O velho «G. L.» criou serviços próprios de Informação, de que faz grande propaganda. E a circunstância de uma organização radiofónica espanhola ter atribuído à turma dos noticiários da estação da Sampaio Pina um «Prémio Ondas» mais avoluma o injustificado orgulho dos dirigentes da emissora. Todavia, o serviço de noticiário de Rádio Clube Português está eivado de deficiências que a nós, profissionais deste ofício, não passam despercebidas. Apontaremos as principais:

— o pessoal é recrutado, para os noticiários, sem qualquer título de recomendação. Pega-se no primeiro fulaninho com tempo disponível para cumprir os horários incómodos que o trabalho de vinte e quatro horas diárias impõe e faz-se dele um noticiarista;

— os noticiários são, quase exclusivamente, constituídos pelas novas enviadas pelas agências, a maioria das vezes sem sequer serem corrigidos os erros de semântica e de ortografia;

— não há sequência lógica nos feixes de novas, nacionais e estrangeiras;

— não se faz qualquer comentário (de adaptação às condições portuguesas) de nenhuma das notícias emitidas.

É evidente que algumas virtudes se poderão apontar ao tão falado serviço de notícias de Rádio Clube Português:

os boletins noticiosos são muito frequentes (de hora a hora) e rápidos (raramente duram mais de três minutos).

Qual seria a hipótese de se melhorar tal serviço? Julgamos que, em primeiro lugar, a entrega da orientação de tal sector a profissionais competentes da Informação. Em segundo lugar a Redacção... redigir, embora com base nos elementos cedidos pelas agências.

De imediato, seria útil conseguir-se integrar no Sindicato Nacional dos Jornalistas o pessoal encarregado dos noticiários das estações emissoras. Isso seria básico para uma selecção na admissão, fiscalização de actividades, etc.

Mas conseguir-se-á isso algum dia? Se nem ainda conseguimos ver sob a jurisdição do S.N.I. os jornalistas, autênticos, da Imprensa hebdomadária!...

#### Diamantino Faria

Jornalista profissional e presidente do Núcleo de Rádio do S.N.P.T.R.

## As condições de trabalho

As condições de trabalho do jornalista têm sofrido, nos últimos anos, transformação acentuada. Melhoraram as comunicações, as tiragens dos grandes jornais aumentaram e, naturalmente, tinha que modificar-se a situação do jornalista, que passou a ser um elemento social de primeiro plano. É certo que os vencimentos não acompanharam este progresso e, mesmo os jornalistas que pertencem a empresas francamente prósperas ainda não recebem salários compatíveis nem com as exigências de uma actividade com a importância do jornalismo. O nível social que a profissão requer não pode suportar-se com ordenados inferiores a 10 000\$00 mensais, dado o aumento do custo da vida portuguesa. Mas este é um aspecto por demais debatido e cuja solução não se antevê enquanto à Imprensa não forem dadas condições de existência que permitam o aumento das tiragens. Efectivamente, parece utó-

## AS MAIORES TIRAGENS DA IMPRENSA

*Um jornal japonês, entre os quotidianos, e o «Reader's Digest», nas publicações periódicas, apresentam as maiores tiragens do Mundo, segundo dados estatísticos referentes ao ano de 1966. Eis as tiragens, em número de exemplares, dos maiores órgãos da Imprensa mundial:*

#### JORNAIS:

«Asahi Shimbun» (Japão)	8 150 000
«Mainichi Shimbun» (Japão)	7 466 000
«Pravda» (União Soviética)	5 650 000
«Daily Mirror» (Inglaterra)	4 560 000
«Daily Express» (Inglaterra)	4 285 000
«Bild Zeitung» (Alemanha Federal)	2 800 000
«France Soir» e «Paris Presse» (França)	1 500 000
«Le Parisien Libéré» (França)	860 000
«Ouest-France» (França)	620 000

#### PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:

«Reader's Digest»	24 000 000
«Life» (Estados Unidos)	8 200 000
«TV Guide» (Estados Unidos)	8 100 000
«News of the World» (Inglaterra)	6 500 000
«Télé — 7 Jours» (França)	2 000 000
«Stern» (Alemanha Federal)	1 900 000
«Paris Match» (França)	1 600 000

*As tiragens referentes ao «Reader's Digest» e à «Life» dizem respeito ao conjunto das edições em várias linguas das duas publicações.*



pico exigir melhores salários a jornais deficitários e cujos empresários, portanto, se opõem, desesperadamente, à revisão dos vencimentos. É certo que, em nossa opinião, tais jornais não têm o direito de existir, pois as empresas improdutivas, de administração deficiente ou mal exploradas não devem sobreviver. Muitas vezes os jornalistas gostariam de possuir o seu próprio jornal, mas não o podem fazer, por lhes faltarem os meios financeiros indispensáveis. E não lhes passa pela cabeça pedir trabalho gratuito seja a quem for, nem trabalho mal remunerado, pretextando as dificuldades do empreendimento. Logicamente, quem não pode ser empresário deve ser empregado e, quem não pode pagar o justo salário não tem direito a ser patrão.

Esta é, no entanto, uma questão para tratar em bases mais amplas num futuro artigo.

Parece-nos importante, por agora, chamar a atenção para o que se passa quanto às condições de trabalho do jornalista português. Se é certo que em matéria de salários se tem conseguido alguma coisa nos últimos anos, a prestação de trabalho continua a processar-se em regime inadequado à natureza da profissão. Vejamos o caso concreto do descanso semanal, que continua a fazer-se apenas durante um dia sem o direito, sequer, à semana inglesa. A tendência internacional neste domínio tem sido a de se criar um regime de trabalho semanal na base das trinta e cinco horas e, mesmo em Portugal, generaliza-se não só o regime de fim-de-semana, como se envereda, francamente, pela prática da semana americana, em que o funcionário não trabalha mais do que cinco dias por semana, ficando com dois dias completos para descanso.

Inexplicavelmente, estes problemas têm sido descurados na nossa profissão. Entretanto, o jornalista desenvolve um esforço cada vez mais intenso: as notícias chegam hoje com mais rapidez, trazem uma dose de emoção maior e exigem uma atenção redobrada e um esforço mental superior ao que era preciso despendê-lo há quinze anos. A fadiga nervosa do jornalista é, hoje, alguma coisa que merecia um estudo atento da medicina. Sucedem-se os enfartes do miocárdio e as doenças chamadas de desgaste atingem, em percentagem elevada, os jornalistas.

Uma tal situação não é só nefasta para o profissional como para as empresas às quais este presta o seu trabalho, pois perdem muito cedo o seu concurso. Por outro lado, têm ao seu serviço indivíduos em permanente estado de cansaço e que não possuem, por isso, o raciocínio ágil nem a frescura física indispensáveis ao exercício da profissão.

É doloroso ver o estado em que se encontram os que começaram a trabalhar nos jornais há vinte anos e cujo «fácies» denuncia um regime de trabalho intenso. Além de não produzirem em ritmo necessário, perturbam a vida das redacções, criando regimes de tensão contrários ao

## Jaime Santos responde a Eduardo Gajeiro

Li no primeiro número deste nosso Boletim uma local da autoria do meu camarada Eduardo Gajeiro acerca de fotografias e exposições.

Eduardo Gajeiro manifesta a opinião de que não «alinha» com os seus colegas e que, por isso, consegue expor no estrangeiro.

Pela minha parte devo esclarecer que, quando tenho conhecimento de alguma exposição no nosso País, só não concorro se não posso. E o meu objectivo não consiste apenas em usufruir qualquer benefício de ordem pecuniária... Quanto ao

bom funcionamento do jornal. O seu aparelho nervoso dispara facilmente, sobrevêm as explosões de mau génio e deixam à sua volta um «climax» de frieza que aniquila a alegria e o espírito de camaradagem e de compreensão que devem reinar numa comunidade jornalística. É claro que eles não são os culpados, mas as vítimas de sistemas de «trabalhos forçados», que se mantiveram durante largos anos. Não foi por acaso que os especialistas da medicina do trabalho recomendaram um sistema no jornalismo diário de «cinco horas seguidas ou seis alternadas» além de terem estabelecido normas para a sistematização de folgas, piquetes e feriados. Parece que estes problemas do descanso são extremamente importantes em profissões como o jornalismo, que exigem uma grande dose de esforço psíquico, a par de uma actividade mental extenuante.

Afigura-se-nos, pois, urgente, pedir às entidades competentes que se detenham sobre este aspecto da profissão de jornalista e parece importante, também, não exigir de mais à capacidade humana, não por uma questão de política social, já porque um tal sistema resulta num prejuízo latente para a empresa, que vê demasiado cedo o seu colaborador inutilizado.

Não será muito pedir desde já o direito à semana inglesa, em que o jornalista ficaria livre metade do dia anterior à sua folga. Mas, para nos tornarmos verdadeiramente progressivos, devíamos reclamar a prática da semana americana, isto é, o trabalho durante cinco dias, ficando com dois para descanso. Então, sentir-nos-íamos compensados do esforço despendido ao serviço das empresas e estaríamos em condições de lhes prestar por mais tempo, durante a nossa curta vida, o pleno rendimento do nosso trabalho.

estrangeiro não tenho tido conhecimento desses certames, a não ser quando leio na Imprensa que o meu camarada Eduardo Gajeiro alcançou mais uma vez novo galardão, e acrescentar aos muitos que já possui, e muito justamente.

Estou certo de que de futuro ele informará o Sindicato, a tempo e horas, dos convites que lhe costumam fazer, a fim de os seus colegas poderem, se quiserem, tomar parte nas mesmas competições.

Diz, também, Eduardo Gajeiro que os prémios cá em Portugal são pequenos. Talvez seja verdade, sobretudo, porque muitos como eu desconhecem o que é habitual atribuir no estrangeiro em idênticas circunstâncias.

Tenho feito várias exposições, nomeadamente: «Moinhos de Portugal», no S.N.I.; «Incêndio no Teatro Nacional», também no S.N.I. e no átrio do Coliseu dos Recreios, aquando da representação de «Mackbeth»; das peregrinações a Fátima nos últimos 30 anos e que denominei «Onde a Terra acaba e o Mar começa»; exposição levada a efeito pela Comissão de Turismo de Leiria, e, agora na Casa do Minho, que tencionava levá-la, em seguida, para Braga e Viana do Castelo; sobre a vida das crianças, em Vila Franca de Xira; na Feira do Livro, agora pela segunda vez, mas não me esqueço nunca, quando recebi das mãos do meu Presidente da República, sr. Almirante Américo Thomaz, o prémio da melhor fotografia de reportagem, em 1964. Esse prémio, no aspecto material, não teve qualquer significado de maior; todavia, constituiu, para mim, uma honra, um estímulo, uma compensação que considero, sem dúvida, muito superior a qualquer retribuição monetária.

Penso levar a efeito, para o ano, uma grande exposição, cujo tema é inédito, não só no meu país, como, me parece, nos outros. Estou preparando tudo, para que nada falte, mas, como de costume, não penso, é claro, expor arte fotográfica, mas sim documentação em fotografia. Até porque, como jornalista que sou, sempre fui e espero continuar a ser um repórter fotográfico.

Volto a repetir: dêem um tema com precisão e com tempo. E sempre que assim for, aparecem quase todos os colegas. Agora sem tempo e com temas vagos, ambíguos e imprecisos, como ainda há pouco num concurso «Sobre Lisboa», isso não pode ser.

Só não concorro em circunstâncias muito especiais, como, por exemplo, certa ocasião no Estoril, em determinado salão, no qual já havia participado em anos anteriores. E não concorro pela simples razão de um amigo meu fazer parte do júri. Caso contrário não receio qualquer espécie de concurso, tanto em Portugal como no estrangeiro. O que qualquer júri decidir, acho bem: — um júri, se constituído por pessoas competentes, idóneas e alheias à profissão e aos expositores, tem autoridade para julgar devidamente.



# “THE TIMES”

## — Um velho jornal em renovação

O «Sunday Times» publicou um artigo sobre o «Times», um dos mais conceituados jornais do Mundo, o qual se nos afigurou extremamente interessante. Nesse artigo que tem, evidentemente, intuídos publicitários em relação ao «Times» prestados pelo jornal da mesma empresa — o «Sunday Times» — desenha-se com nitidez não só a personalidade do jornal como a de alguns dos seus mais populares e categorizados redactores, o que interessa aos jornalistas em geral.

O artigo do «Sunday Times» é o seguinte:

O «Times» é um jornal com várias funções e o trabalho do editor é zelar por que cada uma destas funções seja desempenhada sem que ocasione o enfraquecimento das outras.

A primeira e a mais importante de todas é a de ser um jornal de notícias. Isto requer uma compreensiva cobertura das notícias locais e das notícias estrangeiras e um numeroso pessoal.

Significa que o «Times» tem de acompanhar tanto quanto possível o desenrolar das notícias e dar pormenores claros e o mais compreensíveis possível.

A segunda função é a de ser um jornal de opinião. Estamos numa época em que os artigos de fundo caíram em declínio em muitos jornais. Mas estes artigos continuam a ter grande interesse no «Times». Têm duas finalidades. Uma é a interpretação, que é particularmente importante na cobertura das notícias estrangeiras das quais muitos leitores precisarão de mais vastas explicações do que as que lhes são dadas nas notícias diárias. Os chefes devem também exprimir a sua opinião, devendo ser esta clara e concisa, mas no entanto cautelosa.

A terceira função é a de ser um jornal de consulta. O «Times» é o único jornal na Grã-Bretanha que mantém um serviço directo entre a Câmara dos Comuns e a Redacção, e todos os assuntos parlamentares de maior importância são devidamente relatados. Os relatórios de Direito do «Times», que são escritos por um grupo de advogados, são considerados pela Lei como material de consulta. A Necrologia do «Times», com a descrição fascinante da vida de pessoas notáveis, é considerada também como material de consulta.

A quarta função do «Times» é cobrir os variados interesses dos leitores. Isto

inclui páginas desportivas, indo das corridas irlandesas à neve escocesa, ou das apostas ao ténis de mesa. Inclui páginas culturais com comentários completos sobre todas as artes. Inclui variados assuntos na página feminina e estende-se a reportagens sobre leilões e assuntos de xadrez.

A nova função do «Times» é cobrir mais extensivamente todos os assuntos de negócios do que anteriormente.

Combinada com todas estas funções, há a necessidade do «Times» de ser sempre interessante e distractivo. Um jornal deve ser tratado como um serviço de informação concreta, mas deve ser, também, um jornal que dê prazer ler.

### O acidente de comboio em Huntingdon

Cerca das 24.10 h do dia 6 de Março o senhor e a senhora Peter Evans tinham-se despedido dos seus convidados e deitaram-se. Então o telefone tocou: «Um acidente de comboio em Huntingdon» — disse o redactor de piquete. «Podem Evans e o seu grupo fazer a reportagem deste acidente?»

Cerca da 1.30 h Evans estava vestido e dirigia-se a toda a velocidade no seu

carro para o local do acidente. O seu primeiro artigo estava pronto cerca das 2.00 h. Nesta altura, tinham chegado mais dois do grupo, Garry Lloyd e Colin Webb, e juntos trabalharam na reportagem até às 3.00 h, quando a edição final do «Times» ia para a tipografia. Evans voltou a encontrar-se com os seus convidados ao pequeno almoço e eles nem sequer se aperceberam de que ele não tinha dormido durante toda a noite.

Isto é um acontecimento normal para o novo Grupo de Reportagem do «Times», formado em Janeiro, com o fim de relatar mais rapidamente os grandes acontecimentos. É chefiado por Peter Evans, um homem com 35 anos, aparentemente calmo, com mais de 15 anos de dura experiência jornalística.

Os quatro homens que trabalham com ele possuem personalidades e talentos diferentes. Stephen Clark, 28 anos, obteve um segundo lugar na formatura em Oxford, esteve no Exército na Alemanha e na Jamaica e trabalha para o «Times» há quatro anos. Garry Lloyd, 29 anos, está no «Times» desde Maio, vindo da Associação da Imprensa. Dan van der Vat, licenciado em Clássicas pela Universidade de Durham, trabalhou no «Daily Mail» antes de passar para o «Sunday Times», há dois anos. Entrou para o «Times» em Fevereiro.

Colin Webb, 28 anos, trabalhou na Associação da Imprensa e no «Daily Tele-



Stuart Harris, ao centro, em Saigão



graph» antes de se juntar ao «Times» em Setembro. Era capitão na Royal Army Pay Corps.

Evans tornou-se famoso com os seus célebres artigos sobre imigração no «Times», intitulados o Dark Million (o Milhão Negro). Trabalhou nesta investigação durante seis meses, vivendo com uma família das Índias Ocidentais e compartilhando o quarto com um Sikh. Ele foi, na verdade, convidado, sem ter sido primeiramente avisado, a pregar numa conferência religiosa dos Sikh. «Tinha na cabeça um lenço da marca «Woolworth's e fiz salamaleques em frente do livro sagrado. Eles tinham um Guru chamado Nanak, um intelectual que trabalhava com as mãos. Eu disse-lhe que na nossa religião também havia um intelectual que trabalhava árduamente com as mãos».



Kyril Tiduach fotografado na Praça Vermelha de Moscovo

## Nomes familiares

Ele é um homem de Gloucestershire que começou a sua carreira no Stroud e no Gloucester Citizen. Entrou para o «Times» em 1959 e teve a sua primeira experiência de verdadeira reportagem em Nottingham, fazendo a cobertura da controvérsia do chefe da Polícia Athelstan Popkess. Achou fascinante ver como o caso afectava as atitudes das pessoas: «os conservadores de Nottingham quase iam ganhando por causa desse caso».

Foi desviado durante uns tempos para fazer relações públicas para a Shell Internacional. «Isso deu-me uns conhecimentos sobre petróleos e deu-me uma ideia sobre as políticas da indústria. Mas tudo aquilo era muito parecido com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e, em breve, voltou ao «Times»: «Em jornalismo cada palavra que se escreve é uma decisão».

Fez a cobertura de Gales e da parte ocidental do país, desde Cardiff, durante quatro anos. «Nós escrevíamos a nossa história e na semana seguinte veríamos a pessoa sobre quem tínhamos escrito. Em breve saberíamos se não estava correcto».

Os artigos assinados deste Grupo de Reportagem, que ele ajudou a organizar em Janeiro, são já familiares aos leitores do «Times». Fizeram a cobertura do encerramento do Banco London Mayfair e da controvérsia Bristol-Siddeley. Há pouco tempo, cerca das 12.30, estavam todos juntos, compilando a história das eleições da Câmara Municipal de Londres, quando chegaram as notícias da explosão do Torrey Canyon. Cerca das 12.50 h, três do grupo e um fotógrafo dirigiam-se para um aeroporto nos arredores de Londres. Às 15.30 h, o «Piper Aztec» vermelho aterrava no aeroporto de St. Mawgan, da RAF, na Cornwall e, cerca das 17.00 h, Evans sobrevoava o navio-tanque incendiado

num «Shackleton» da RAF. Entretanto, Lloyd e van der Vat, juntamente com Julian Mounter, correspondente na Gales do Sul, escreviam a história das operações de salvamento. O que mais lhes agradou foi que, além de ter a melhor e mais completa reportagem sobre o Torrey Canyon, na manhã seguinte o «Times» trazia também uma longa análise das eleições da Câmara Municipal de Londres, escrita por Stephen Clarke, que ficara de parte para tomar conta deste assunto.

Nas horas vagas, Evans recebe lições de canto. «Eu interesso-me muito pelas canções e pelas palavras e pela técnica necessária. O canto é como o jornalismo: é preciso ter ideia e técnica — uma não serve sem a outra».

## Alguns dos redactores do «Times»

**CHARLES DOUGLAS HOME**, correspondente de Defesa, tem 29 anos. Ele conta que entrou para o jornalismo com a publicação duma história na edição de Janeiro de 1944 do Lilliput. Tinha, então, cinco anos e dedicou-se à mãe. Depois de cursar em Eton e de cumprir o serviço militar, pensou fazer do Exército a sua carreira. Mudou de ideias e foi para o Canadá como vendedor de enciclopédias. Começou a sua carreira de jornalista no «Daily Express» escocês, mudando, mais tarde, para a Defesa, porque Chapman Pincher precisou dum assistente em Londres. Ingressou no «Times» há dois anos. Ele diz que não considera escrever sobre bombas de megatoneladas muito depressivo: «A excitação em escrever acerca de Defesa surge quando nós sentimos que realmente já a desvendámos um pouco».

**DAVID WOOD** é correspondente político do «Times» há dez anos e diz que sempre o surpreendeu que homens como Lord Thomson, do Fleet, e Lord Astor, do Hever, estivessem preparados para pagar a homens que estavam a divertir-se. Considera a sua ocupação a melhor do Mundo. «Em Westminster, há sempre um curioso clima de guerra aberta e de verdadeira amizade».

Trabalha exaustivamente um dia que começa a meio da manhã e é raro abandonar a Câmara dos Comuns antes das onze horas da noite; muitas vezes, quando esta se encontra em plena actividade, ele não sai senão às primeiras horas da manhã.

**LOUIS HEREN** acaba de ganhar o prémio «Hannen Swaffer» como o Repórter Internacional do Ano. Ele não é, à primeira vista, um homem típico do «Times» Correspondente estrangeiro durante vinte anos e correspondente de Washington desde 1961, começou aos quinze anos como paquete no «Times», onde o pai fora inspector de máquinas antes dele. O seu primeiro artigo, publicado no noticiário interno da casa quando tinha dezasseis anos, referia-se à arte de escrever.

Tencionava ir para a Marinha depois da morte do pai, mas a mãe desejava que tivesse um emprego de segurança, e foi assim que foi parar à Printing House Square. No tempo em que a guerra começou encontrava-se ele no departamento de Publicidade; ingressou no Royal Tank Regiment, combateu na Birmânia e após a desmobilização decidiu emigrar. Donald Tyerman, então editor adjunto, interveio e arranhou-lhe um emprego como repórter. Em 1947 estava na Índia, fazendo a cobertura da demissão do Rajá Britânico. Desde então, tem sido frequentemente alvejado, tanto literalmente como figurativamente, mas nunca lamentou ser um correspondente estrangeiro. «Na vida há uma aproximação



mação à pirataria», diz ele. «Nós habitamos a voar para as crises».

Ele é um homem bem constituído, fumador de cachimbo e bom apreciador de cerveja. O avô, um basco, veio para Londres, onde pintava cenários para o Teatro Drury Lane; a avó materna, uma alemã, tinha uma cervejaria e algumas tabernas: «Felizmente tinham desaparecido quando eu entrei em cena».

Tem tido muitos «furos jornalísticos» durante a sua carreira. Um exclusivo mundial com o qual o seu nome estará sempre ligado foi a história dos Pergaminhos do Mar Morto. «Numa sexta-feira à tarde, em 1948 — conta ele — encontrei um sujeito que me contou como tinham sido descobertos os pergaminhos. Telefonei para um professor da Universidade Hebraica e fiz-me seu convidado. Ele falava mal inglês e alemão, eu falava mal alemão e inglês. Mas conseguimos entender-nos. Mandei cerca de 700 palavras — embora isto se passasse nos dias dos jornais pequenos — e dentro de uma hora recebia uma mensagem pedindo que enviasse tudo quanto pudesse. Foi um típico «furo jornalístico» do «Times».

Ele concorda com a introdução dos artigos assinados, se bem que surjam ocasiões em que o anonimato ajuda. Na Palestina, era amigo pessoal dos comandantes israelita e árabe: «Eu atravessava frequentemente da parte árabe para Jerusalém e, embora estivesse formalmente baseado em Israel, estive a trabalhar na Jordânia, Iraque e Líbano».

De Israel foi para a Coreia, depois de o correspondente do «Times», Ian Morrison, ter sido morto logo após o começo da guerra. Fez a cobertura do Sueste Asiático durante dois anos — embora as suas relações com os britânicos não fossem muito boas durante a emergência malaia. «Penso que era demasiado crítico. Eles combatiam uma guerra semanal e as tropas iam fazer o fim de semana a casa. Depois havia falta de helicópteros. Nós fizemos uma campanha e conseguimos que nos mandassem alguns aparelhos. O meu parecer era que só se podia vencer esta guerra oferecendo a independência e uma reforma política. Esta ideia não era muito aceitável. Eu descobri que um correspondente estrangeiro parece ter mais problemas com a sua própria gente do que com os estranhos».

Esteve novamente metido em sarilhos com a sua estadia seguinte na Índia: «Anunciei a primeira incursão chinesa em território indiano e isto foi vigorosamente negado pelos indianos, que tentavam evitar sarilhos a todo o custo. Embora eu tivesse uma razão pessoal para voltar a casa — o meu filho de três anos estava com poliomielite — estava realmente a ser corrido para fora do país». Ele tem quatro filhos, todos nascidos no estrangeiro: «O rapaz em Singapura e as raparigas em Delhi, Bona e América. Nós descobrimos que as

crianças parecem entrar num ritmo de vida à sua maneira. Depois de dois anos na Alemanha, a minha mulher subiu ao quarto das raparigas e encontrou-as a fazerem as malas. Elas tinham, nessa ocasião, cerca de seis e sete anos de idade e tinham decidido que era tempo de partir».

Ele gostou dos anos que viveu em Bona: «É uma cidade para repórteres, mesmo mais do que Washington, porque, penso eu, é da opinião deles que a comunicação livre com a Imprensa faz parte da democracia política e eles fazem isso com teutónica perfeição. Eu posso afirmar que alguns dos meus melhores amigos são alemães».

Pensa que o ponto principal acerca de Washington reside no facto de ter a maior concentração de pessoas inteligentes e simpáticas.

«Básicamente é uma pequena cidade. A única indústria é o Governo. Por isso, está-se ocupado todo o tempo. Vai-se a um jantar e descobre-se que o homem que está sentado em frente é um Secretário Assistente do Estado que se conhece muito bem; portanto enceta-se conversa. Penso que se recebem de 20 a 25 convites por semana. Nós aceitamos, digamos, meia dúzia. Vamos jantar fora duas a três vezes por semana e provavelmente ainda irei a mais dois ou três beberetes no regresso para casa».

Devido à diferença horária de cinco horas, o seu dia começa cedo: «Levantome às seis e meia, leio o «Washington Post», o «New York Times» e o «Baltimore Sun» antes do pequeno almoço; depois, levo o pequeno à escola. Estou normalmente no escritório cerca das nove». Ele insiste no facto de que até mesmo o «Times» não consegue lançar votos na América: «Isto é evidente quando se vai a uma convenção nacional. Se eu representasse a «Kicking Horse Gazette» (Gazeta do Cavalo Escouceador), eu entraria. Mas eu podia representar toda a Imprensa londrina e eles seriam muito educados, mas seria tudo». Por outro lado, ele acha que, como a Imprensa é o principal elo de comunicação na estrutura política americana, mantém um nível mais elevado do que na Inglaterra. «As ideias têm de ser postas a circular, e é aqui que a Imprensa entra em acção. Os jornais estão sempre a ser usados e eu penso que alguns dos meus colegas americanos não parecem ter isto em consideração».

Ele acaba de escrever um livro intitulado «A Nova Comunidade Americana» que põe praticamente fora de circulação o clássico «A Comunidade Americana», de Lorde Bryce, publicado em 1888. Levou dois anos e meio a escrever as 150 000 palavras que o compõem; será publicado na Grã-Bretanha no próximo ano por Weinfeld.

Desde que ele começou a escrever assinando os artigos, em Janeiro, a sua correspondência tem aumentado rapidamente, em especial dos americanos. «Eu

escrevi recentemente um artigo no qual dizia que alguns senadores americanos — e eu citava o senador Munt, da Dakota do Sul — se mantinham ainda primitivamente anticomunistas, enquanto a administração se encaminha para um relaxamento de tensão com a União Soviética. Eu acentuei que isto é o que acontece quando se vem dum desses Estados retangulares, tênueamente ligados com as civilizações antigas. Devo ter recebido uma dúzia de cartas da Dakota do Sul, uma duma mulher dizendo: «Eu quero que você saiba que há bastantes de nós aqui...»

Ele só se lembra de ter recebido uma vez instruções da Printing House Square. Em 1949, entre as suas estadias na Índia e em Israel, encontrava-se de licença em Londres. Ralph Dackin, então editor das notícias estrangeiras, convidou-o para almoçar no Reform Club. Havia vinho do Xerês, um excelente clarete e Porto,

## "JORNALISMO" e os órgãos da Informação

*A publicação do primeiro número de «JORNALISMO» foi saudada por numerosos órgãos da Informação, nalguns casos com palavras de louvor que nos desvaneceram e temos a obrigação de agradecer, especialmente porque não solicitamos qualquer notícia a respeito do nosso Boletim.*

*Apresentamos, por isso, os nossos agradecimentos à Imprensa diária da Metrópole, visto que quase todos os jornais publicaram notícias sobre «JORNALISMO» (em Lisboa, por exemplo, apenas um diário não referiu a nossa publicação), à Radiotelevisão Portuguesa, à Emissora Nacional e às estações emissoras particulares, e ainda aos órgãos da Imprensa ultramarina que também saudaram o aparecimento do porta-voz dos jornalistas profissionais portugueses.*



mas nenhuma referência a Israel. Depois do almoço, nos degraus do Clube, Deakin observou timidamente, olhando para o lado: «Sê decente com esses sujeitos, Heren, sê decente com eles».

Só o «Times», seguramente, poderia ter dado a um homem como Heren um conselho daqueles.

## Correspondentes no estrangeiro

KYRIL TIDMARSH é o único jornalista correspondente britânico que em Moscovo fala as duas linguas, inglês e russo.

Nasceu em Londres, em 1931, frequentou os Colégios de St. Paul e Magdalen, em Oxford, depois foi para Nuffield beneficiando duma bolsa de estudo, sob a orientação de Sir Isaiah Berlin. Acabou a sua formatura em 1956 e tornou-se assistente de pesquisas em St. Anthony's. Depois de quatro anos no Secretariado Internacional do Trabalho, em Génova, ingressou no «Times» em 1961. Antes de o «Times» ter adoptado os artigos assinados, ele era bem conhecido dos leitores sob o pseudónimo «Monitor», escrevendo sobre os assuntos soviéticos e da Europa Oriental.

STEWART HARRIS tem sido recentemente visto no «Times», assinando artigos respeitantes a Saigão. Isto fica a uma grande distância da sua base normal em Canberra, onde é correspondente do «Times» há mais de dez anos. Descreve-se a ele próprio como um austrálio-britânico — isto é, possui passaporte australiano mas nasceu em Inglaterra e foi educado nos Colégios de Malborough e Clare, em Cambridge. Joga golfe e «cricket» na Universidade e tem relatado jogos de campeonato na Austrália — parcialmente. Tem 44 anos, casado e pai de quatro crianças.

DESSA TREVISAN nasceu em Zagreb, em 1924, filha de pais jugoslavos. Pretendia estudar Direito, mas formou-se em História. Fala fluentemente francês, alemão, italiano e servo-croácio, razoavelmente o russo e compreende o romeno, o búlgaro e o eslovaco o suficiente para ler os jornais e seguir uma conversa. Começou a trabalhar no «Times» em 1954, como correspondente em Belgrado. Depois, foi para Viena, em 1960, encarregada da região da Europa Oriental. O seu melhor artigo foi o do sismo de Skopje em 1963 e o mais compensador foram as suas conversas inéditas com Khrushchev durante as suas estadias no este da Europa. A sua mais excitante experiência surgiu quando conseguiu penetrar na sala onde Khrushchev proferia o seu emocionante discurso aos chineses, em Bucareste, no Verão de 1960.



Uma novidade e uma tentativa

## JORNALIS E JORNALISTAS

### «Vida Mundial»:

#### Uma tentativa inédita em Portugal

«Pelas suas características, «Vida Mundial» representa, na realidade, uma novidade na Imprensa portuguesa, proporcionando a um vasto sector do público uma «maneira diferente e em profundidade» de tomar conhecimento do que se passa no País e no estrangeiro. É essa a razão de ser da «Vida Mundial» — e estamos certos de que podemos contar não só com a compreensão e apoio dos leitores como, e principalmente, com sugestões e críticas, que publicaremos, em síntese, sempre que nos sejam endereçadas por escrito».

O longo período que transcrevemos faz parte dum texto intitulado «O que será a nova «Vida Mundial», no qual se indicavam, em síntese, as linhas mestras da renovação imprimida a uma revista que ao longo de vinte e oito anos de existência passara por diversas fases.

Ao cabo de mais de dois meses de publicação, na nova fase, não têm faltado as «sugestões e críticas» que a revista solicitou. Uma delas, como as restantes devida a um leitor, é particularmente significativa. «O que explica o êxito de jornais como «L'Express» e «Le Nouvelle Observateur», além das respectivas ópticas políticas ou ideológicas, é o facto de aliarem a uma informação política, nacional e internacional séria (relativamente, é bom de ver) uma séria informação cultural. Do mesmo modo, eu via a V. M. assente em três grandes bases: a) Política Internacional; b) Lite-

ratura e Espectáculo, incluindo Cinema, Teatro, TV, Música, Variedades, Rádio, «Ballet» e Discos; c) Secção feminina (uma secção moderna, claro)».

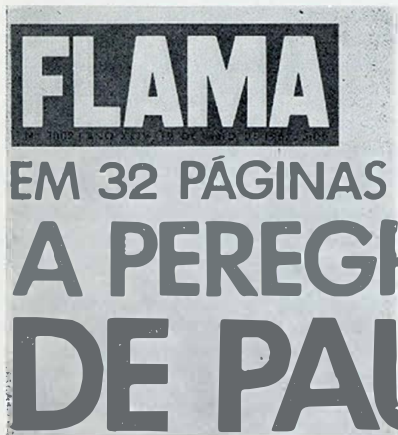
Em suma: o leitor desejava uma «Vida Mundial» que fosse o «Express» francês, ou os norte-americanos «Time» e «Newsweek». E é precisamente para esse campo que a «Vida Mundial» se encaminha, segundo nos é dado observar. Um repositório da vida nacional e internacional, com o seu cunho de recente actualidade, acompanhado por estudos sob temas de evidente interesse. Haja em vista, por exemplo, aquele que inseriu sobre a banca nacional. Outros de menor valor, embora úteis pelo carácter informativo, de que serve de exemplo o que publicou sobre a Exposição de Montreal. E ainda a secção «Um perfil e uma obra», iniciada com uma documentada biografia de João Pereira da Rosa, lição concludente de perseverança, trabalho e dignidade.

Evidentemente que alguns senões poderão ser apontados à nova «Vida Mundial». Há leitores, conforme se lê nas «Cartas ao Director», que classificam a modificação: «uma infeliz ideia e uma perda irreparável»; outros apontam «uma notável deficiência na paginação» e os que estão mais habituados às grandes revistas do género criticarão, nomeadamente, o facto de alguns acontecimentos serem noticiados, em vez de explicados e comentados. No entanto, e porque a própria revista no início da nova fase dizia ter plena consciência de deficiências a vencer, o balanço dos números já publicados após a transformação da «Vida Mundial» pode considerar-se positivo. É uma tentativa inédita em Portugal, que os responsáveis da revista levam a cabo, certamente por estarem conscientes da existência entre nós de larga camada de público com maturidade suficiente para aceitar uma publicação do género. É esta também a nossa opinião e por isso desejamos a «Vida Mundial» o maior êxito no rumo por que enveredou.





Três semanários



e uma única



finalidade

## Três semanários («Século Ilustrado», «Flama» e «Notícia») e um único objectivo

O objectivo comum é, já se deixa ver, o êxito. Representado por grande tiragem e, naturalmente, por bom apoio publicitário. Qualquer dos órgãos da Imprensa periódica citados parece estar a caminho de o alcançar.

A «Flama» publicou o seu número 1 000 e, num artigo nele inserto, Silva e

Costa, seu antigo director, hoje votado inteiramente à Imprensa diária, faz um balanço sintético do passado do jornalismo em revistas ilustradas no nosso País. Confessa-se optimista quanto ao futuro desta fórmula de Imprensa, especialmente o que chama com propriedade de fotojornalismo. E conclui com uma observação que nos é grato corroborar.

«Proseguindo as notícias através de grandes repórteres fotográficos, que sabiam pensar e exprimir-se em imagens, e de jornalistas recrutados de entre o escol das redacções dos quotidianos, e por isso aptos a sistematizar e clarificar o relato dos acontecimentos, as «revistas ilustradas» podem desempenhar um papel de primeiro plano para uma informação suficiente e orientada no sentido do progresso do País».

A «Flama» e o «Século Ilustrado», este mais antigo, são as duas revistas ilustradas de informação geral que conseguiram vencer no nosso País e atingir de pleno direito a maioridade. Qualquer delas apresenta-se actualmente com um nível — em informação, em matéria jornalística e na feição gráfica — que não receia confronto, numa dimensão relativa, com grandes órgãos da Imprensa estrangeira da mesma índole, e até com órgãos da Imprensa diária portuguesa.

Embora as tiragens sejam «oficialmente» confidenciais, uma análise objectiva das duas revistas permite asseverar que ultrapassaram a fase difícil da luta para implantação de um prestígio que garanta o futuro. Sendo conhecidas as suas tabelas de publicidade, é relativamente fácil aquilatar da sua difusão e não faltam, portanto, elementos que conduzem a tal juízo.

Para a consolidação deste prestígio há a registar a verdadeira revolução recentemente operada no «Século Ilustrado». Melhor paginação e arranjo gráfico, orientação mais arrojada e, ao mesmo tempo, uma renovação, ainda que pouco profunda, na matéria jornalística, originaram, tanto quanto se sabe, um salto em frente na carreira da conhecida revista. A «Flama», já apresentando um aspecto anteriormente moderno e atraente, reconheceu o perigo da concorrência e esforça-se por melhorar ainda mais a sua qualidade.

«Mas lá coragem é o que não falta ao nosso camarada «Flama» que atingiu agora o número 1000». O semanário «Notícia», que inicialmente se publicou em Luanda e hoje é posto à venda simultaneamente em Angola e na Metrópole, saiu a terreiro porque a «Flama»,

tendo citado o «Século Ilustrado» entre os semanários ilustrados portugueses, não incluiu no número destes o seu nome.

Omissão injusta, na realidade, porque o «Notícia» constituiu um fenómeno impossível de ignorar no quadro da Imprensa periódica portuguesa. Em dois ou três anos o quase desconhecido semanário de Luanda alcançou — mercê do dinamismo e do espírito de organização de um notável jornalista, Charulla de Azevedo, que faleceu recentemente — lugar de destaque no seio da Imprensa portuguesa. A sua tiragem total é, talvez, superior às das outras revistas portuguesas do género. E a tentativa em que Charulla de Azevedo se empenhou, de competir na Metrópole com o «Século Ilustrado» e a «Flama», ainda é relativamente recente, para sobre ela formular um juízo seguro.

«Importa aqui recordar — diz o «Notícia» — o que vem escrito na «Flama» sobre as magníficas perspectivas que se abrem aos semanários ilustrados em Portugal. E desejar à «Flama» que continue a progredir tanto como progrediu desde que o «Notícia» chegou a Lisboa. Não podemos deixar de nos sentir satisfeitos ao verificar que o «Século Ilustrado» e a «Flama», desde que o «Notícia» passou a ser vendido na Metrópole, entraram numa saudável disputa para se firmarem como o segundo melhor semanário ilustrado português. A luta tem estado equilibrada. E aqui, no «Notícia», temos apreciado a forma desportiva como se tem desenrolado. Que ganhe o melhor é o que desejamos. E que venha mesmo fazer-nos concorrência. Nós, e os leitores, só teríamos a ganhar com isso».

Exceptuando o tom mordaz que parece nalgumas frases (habitual no jornalismo iconoclasta do «Notícia»...), esta nota merece o nosso aplauso. Na realidade, a concorrência entre publicações é salutar, para elas próprias e para o público. Os jornalistas imbuidos do espírito da sua profissão aspiram por ela e com regozijo observam que um novo espírito de luta se desenha na Imprensa portuguesa, nas boas revistas semanais, como nos jornais diários.

## Um caso único (felizmente) na Imprensa portuguesa:

### Um jornal que paga quando quer!

O caso é conhecido de todos os jornalistas profissionais de Moçambique: O «Notícias da Beira», diário que iniciou a sua publicação em Agosto do ano passado, não paga os vencimentos do seu pessoal em datas certas e regulares!

Nos primeiros meses de publicação, o



## A EXPANSÃO MUNDIAL DA INFORMAÇÃO

Estatísticas recentemente publicadas dão conta da expansão da informação em todo o Mundo, no decurso dos anos de 1950 a 1963. Segundo essas estatísticas, a evolução foi a seguinte:

	1950	1963	Varição
<b>IMPRESSA</b>			
Número de exemplares por 1000 habitantes	144	156	+ 8,3%
<b>CINEMA</b>			
Frequência anual por pessoa . . . . .	5	6	+ 20%
<b>RÁDIO</b>			
Número de receptores por 1 000 habitantes	127	210	+ 65%
<b>TELEVISÃO</b>			
Número total de receptores . . . . .	11 000 000	130 000 000	+ 1080%

Estes números têm de ser acompanhados por algumas observações, para se compreender bem o significado que encerram. Assim, verifica-se, pela análise das estatísticas parciais que estiveram na base destes totais, que o ligeiro avanço da Imprensa foi obtido na América do Sul, na União Soviética, na Ásia e em África, pois os jornais perderam terreno nos Estados Unidos, na Europa e na Oceânia, onde, apesar de tudo, o número de exemplares por habitante é muito superior ao daquelas primeiras regiões.

Quanto ao cinema, convém notar que o aumento de espectadores corresponde precisamente ao acréscimo populacional e que a evolução registada, por regiões, foi idêntica à da Imprensa.

O espectacular aumento registado na Rádio é principalmente devido à África, observando-se um curioso fenómeno na Oceânia, onde diminuiu a percentagem de receptores por habitante. Os Estados Unidos possuem metade do equipamento de emissão e recepção existente no Mundo e a Rússia triplicou o seu equipamento de Rádio desde 1948.

Relativamente à Televisão, não deve esquecer-se que em 1948 estava, por assim dizer, na infância, com programas regulares somente nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França e na União Soviética. A percentagem de aumento não tem, portanto, o significado que aparenta.

«Notícias da Beira» pagou os vencimentos do seu pessoal no dia 25, logo depois a 30 e seguidamente no dia 5 do mês posterior ao do vencimento. Em Dezembro, os ordenados surgiram na véspera de Natal, numa demonstração de espírito cristão que não se verificou em Janeiro, pois os vencimentos deste mês foram satisfeitos no dia 6 de Fevereiro. Os ordenados de Fevereiro foram pagos também com um «pequeno» atraso: no final de Março. Mas dias depois o pessoal do «Notícias da Beira» (este incrível método de pagamento abrange o elenco redactorial, os serviços administrativos, o pessoal da tipografia e, em suma, todos quantos estão ao serviço do jornal, possivelmente até os administradores...) teve uma agradável surpresa: recebeu em 5 de Abril o vencimento de Março. Naturalmente o seu optimismo acentuou-se quando, no final de Abril, recebeu efectivamente o ordenado relativo a este mês. Claro que era um optimismo injustificado: no final de Junho ainda aguardava o pagamento do mês de Maio!

Seria fácil tecer uma nota de humor acerca do desprezo que a Administração do «Notícias da Beira» vota ao seu pessoal. Mas despropositado. A verdade é que com o seu procedimento, de uma ilegalidade que provoca estupefacção, a Administração do citado jornal prejudica o viver do seu pessoal e também os seus próprios interesses, na medida em que estabeleceu um clima de insegurança que não é propício à realização de trabalho útil. Acresce que não é por falta de meios que o «Notícias da Beira» infringe o que está disposto quanto à retribuição do trabalho e afecta a vida familiar e social do pessoal ao seu serviço. O jornal é propriedade de um Banco próspero e de um grupo de capitalistas de Moçambique. São, apenas, tanto quanto se sabe, dissidências internas que provocam este estado de coisas. Mas ele reflecte ainda outro factor: o absoluto desprezo de uma entidade patronal pelos direitos dos que a servem e pelas leis que não a obrigam a cumprir.

### «DER SPIEGEL»

#### — vinte anos de informação e exactidão

Há vinte anos aparecia o primeiro número do magazine de informação «Der Spiegel». O facto de uma publicação existir há vinte anos nada tem em si de especial. Mas, neste caso particular, deve-se acrescentar que «Der Spiegel» tentou não somente reflectir a história destes vinte anos com uma exactidão e uma subtilidade muito particulares, mas que, voluntária ou involuntariamente, fez história.

Quando, no início do ano de 1947, apareceu o primeiro número de uma publicação com aspecto um pouco insolente intitulada «Der Spiegel», Rudolf Augstein, o pai espiritual da Imprensa (só viria a editar mais tarde) tinha 23 anos. Não se sabia ainda qual a voz deste jovem, cuja história se devia identificar mais tarde com a do seu magazine, tinha intenção de seguir. Em todo o caso, depois da estreia, revelou-se melhor jornalista que escritor, apesar de algumas tentativas.

O que o jovem poeta e dramaturgo Rudolf Augstein tinha escrito era, talvez, dum valor um tanto ou quanto relativo. Mas versos como

*Deus, eu ambicionava grandes coisas,  
queria descobrir o céu  
que paira sobre as águas mais turvas*  
e a peça «O momento está próximo» (depois da estreia, a peça foi cortada pelo... «Der Spiegel») — revelam claramente o que o actor pretendia: obter um efeito moral.

Está fora de dúvidas que, em certos momentos, Rudolf Augstein obteve muito efeito com o seu trabalho jornalístico. O «Spiegel», inicialmente, não era uma publicação original e adoptava certos elementos do «Time» e, talvez, doutras publicações americanas e inglesas. Os

ocupantes britânicos na Alemanha foram, por assim dizer, os padrinhos do novo jornal — duma publicação que, desde o princípio, não poupou ninguém, sobretudo os ocupantes.

Não é de admirar que o «Spiegel» — tiragem de lançamento: 15 000 exemplares; tiragem de 2 de Janeiro de 1967: 945 000 — tenha em breve encontrado um público reconhecido. Enganados durante doze anos por uma Imprensa dirigida, numerosos leitores acharam excelente poder folhear uma publicação que sabia pronunciar «nãos» enérgicos.

O «Spiegel» de Rudolf Augstein ia ao encontro da opinião pública, elevando-se acima dos brados negativos de princípios. Tendo-se tornado em certos momentos do pós guerra «num quartel-general da urgência da democracia» (é sob este título — e num tom muito céptico — que o escritor Erich Kuby analisa a arte e a maneira do «Spiegel»), é muito possível que a história futura reduza este qualificativo honorífico a proporções muito relativas; mas não será possível escamotear totalmente o papel desempenhado pelo «Spiegel» na história do pós guerra. O «Spiegel» — político de fio a pavio — está a tornar-se ele próprio cada vez mais num objecto político e isto não se deu na intenção de



# A I M P R E N S A E O D E S E N V O L V I M E N T O

Resumo de uma conferência proferida em 1966 no Instituto de Novas Profissões e posteriormente adaptada para uma das aulas da disciplina «Imprensa e Sociedade» do Curso de Iniciação Jornalística, organizado pelo «Diário Popular» no mesmo ano.

1 — O desenvolvimento de uma comunidade, seja à escala regional ou nacional, não é apenas resultante de modificações das condições económicas. O desenvolvimento não é um processo exclusivamente económico mas sempre também social. Ora *social* implica, significa humano. O desenvolvimento económico e social é, acima de tudo, um *desenvolvimento dos homens*.

2 — A Imprensa é um meio de comunicação social. Através dela, os homens revelam factos novos — as notícias — e permitem que outros homens delas tomem conhecimento; através dela, os homens exprimem opiniões próprias e refutam opiniões alheias; através dela, os homens criam correntes de opinião, que, de acordo com as perspectivas de certa doutrina ou ideologia, hão-de orientar a conduta de outros homens; através dela, contactam governantes e governados.

A Imprensa não se limita, portanto, a transmitir notícias, a *informar*. A sua missão é mais vasta e nela se inserem,

naturalmente, objectivos de *formação* das camadas que a ela têm acesso.

3 — O papel da Imprensa, no nosso tempo, pode ser decisivo no que respeita ao desenvolvimento.

Antes de mais, a Imprensa deve desfazer ilusões. O desenvolvimento carece de *tempo*. As etapas não serão mais rapidamente completadas apenas porque se pode utilizar a técnica mais aperfeiçoada ou porque há entrada maciça de capitais estrangeiros. Os recursos materiais variam de país para país, a produtividade das técnicas depende do meio social que as emprega e os capitais estrangeiros necessitam de ser *absorvidos* pela economia.

Como escreveu o economista francês Raymond Barre, «o desenvolvimento é, na verdade, o amadurecimento de uma economia e de uma sociedade e isso pressupõe profundas transformações nas motivações, nas atitudes, nos comportamentos individuais e sociais, bem como nas estruturas económicas e sociais».

Problemas demográficos, como o da

natalidade excessiva; problemas económico-sociais, como o da reforma agrária; problemas financeiros, como o do financiamento dos investimentos, só podem ser resolvidos se a opinião pública tomar consciência da sua importância, se se formar uma vontade colectiva de os enfrentar, se a população souber que o subdesenvolvimento é imputável sobretudo a insuficiências de carácter *interno* e quiser intervir para o superar.

4 — Para que tudo isto aconteça é necessária a existência de uma Imprensa esclarecida, independente e corajosa.

Atentemos, por exemplo, no seu papel em matéria de planificação, à escala nacional, seja ela rígida, maleável ou «indicativa» (como alguns autores agora escrevem).

Nenhum plano poderá ser aplicado com êxito sem a colaboração da Imprensa. É preciso, por um lado, que as pessoas estejam informadas das decisões do *Estado*: investimentos públicos, política social, programação regional, ajudas, subsí-

prejudicar a jovem democracia. Lembremo-nos, por exemplo, dos seguintes «casos» que o «Spiegel» descobriu e tratou à sua maneira em discussões democráticas;

— a história dos «pot de vin» quando Bona ascendeu à categoria de capital federal,

— o escândalo provocado pelo discurso anti-semita do professor Zinn,

— os casos «Nowack» e «Kilb» e, acima de tudo,

— o caso «Tibag» relacionado com Franz Josef Strauss que era na altura ministro da Defesa.

Quando, no Outono de 1962, «O Outono de Cuba» como lhe chamaram alguns, o «Spiegel» se tornou ele próprio objecto de um «caso», isto foi a mesmo tempo um motivo de consternação e um encorajamento. Consternação, porque o objecto em que fundamentava a acusação era um artigo sobre a manobra «Fallex 62» da NATO que tinha utilizado contra o «Spiegel» meios que se julgavam esquecidos na Alemanha; encorajamento, porque o país foi movido por uma vaga de autêntica solidariedade democrática a favor do «Spiegel».

Uma coisa é certa: muitas das disputas a propósito do «Spiegel» levantadas por

ele ou dirigidas contra ele terminaram com fracos resultados. A substância dessas disputas muitas vezes já se tinha esgotado antes de se ter dito a última palavra a favor de um ou de outro caso. Outras discussões que se levantaram acabaram por si próprias, como por exemplo o processo de «Schmeisser» que se baseava num artigo no qual se afirmava que em 1948/49 o embaixador Blankenhorn tinha dado aos aliados, de acordo com o chanceler Adenauer, um certo número de informações secretas. O caso encerrou-se sem incidentes de maior.

No decurso destes vinte anos, o «Spiegel» forneceu portanto material para numerosos processos; mas não é isso que conta. O mais importante é que o «Spiegel», que se intitula com razão «magazine de informação», espalhou uma elevada quantidade de informações sólidamente fundamentadas, que permitiam formar uma opinião objectiva e democrática. De acordo com a frase segundo a qual «não há nada que interesse mais ao homem do que o homem» os retratos e as entrevistas tornaram-se os principais elementos da revista. No decurso destes vinte anos, os «heróis» destes artigos foram o Papa João XXIII, o «palhaço russo» Popov, Patricio Lumumba e Walter Ulbricht...

O «Spiegel» provocou numerosos elogios e montanhas de críticas, das quais algumas — tal como a de Adenauer, que declarou que não lia esse «jornal de escândalos» — puderam ser transformadas em argumentos publicitários. Aliás, geralmente, o «Spiegel» tratava com maior magnanimidade as pessoas que o atacavam do que as que o aplaudiam: podem-se distinguir as cartas dos leitores que não são mais que lisonjas para o editor e para a redacção e o corajoso Hans Magnus Enzensberger, que, num ensaio radiofónico, se debruçou sobre «a moral e a manha duma revista» e foi imediatamente mimoseado com quatro páginas de prosa por parte da sua vítima.

Para descrever o «Spiegel» como um fenómeno contemporâneo, ir-se-ia muito além dum artigo de jornal, e mesmo de um livro, porque até agora não assistimos nem ao aparecimento duma descrição precisa e completa ou à crítica à maneira da publicação de Rudolf Augstein, nem ao nascimento duma concorrência séria.

É duma concorrência deste género que Rudolf Augstein terá tido necessidade no decurso dos últimos vinte anos. Digamos mesmo que ele a teria acolhido favoravelmente.



dios, etc. Por outro lado, o plano deve ser conhecido pelo *sector privado*, na medida em que lhe propõe uma linha de evolução de economia, linha essa que traça, ao nível geral, normas de comportamento a seguir pelos homens de negócios que não queiram remar contra a maré.

Além disso, a informação relativa à planificação não pode ser apenas assimilável pelas pessoas cultas. A Imprensa contribui neste aspecto — e aqui está a sua função formativa — difundindo as noções económicas elementares, destruindo mitos, lutando contra a rotina.

E, finalmente, a Imprensa, quando lhe é dado conhecimento *prévio* do plano a aplicar a partir de certa data, discute-o, convida pessoas competentes a pronunciarem-se sobre ele, efectua inquéritos à opinião pública sobre a sua viabilidade, ouve representantes de diversas actividades económicas e de diferentes camadas sociais. Esta tarefa de debate *prévio* não é de somenos importância, pois permite aos sectores público e privado aperceberem-se das dificuldades que vão encontrar, corrigirem deficiências, alterarem verbas, etc.

5 — Mas o papel da Imprensa em relação ao desenvolvimento não pode ser apenas apresentado através de um prisma positivo e, de certo modo, teórico.

Note-se, antes de mais, que a Imprensa tem contribuído para criar o *subdesenvolvimento*. Este só surge quando certas sociedades descobrem que são *menos favorecidas do que outras*. Sugerindo definições «persuasivas», acentuando a inferioridade dos países subdesenvolvidos, responsabilizando países industrializados pelo atraso dos não industrializados, degenerando expressões como «sobredesenvolvido», opondo *economias humanas* a *sociedades opulentas*, a Imprensa pode introduzir na questão do desenvolvimento aspectos emocionais que geram antagonismos e dificultam a aproximação.

A Imprensa auxilia a *tomada de consciência do mal*. Mas, ao acentuar as diferenças, ao provocar as vontades de o *curar*, proporcionará sempre os remédios, *os meios de tratamento* desse mal?

Por outras palavras: a Imprensa *poderá ser causa do subdesenvolvimento*?

6 — Antes de mais observemos que certas sociedades cuja economia é pobre, marticulada e muitas vezes dominada pelo estrangeiro *tomaram consciência do seu estado de inferioridade, mas não conseguiram libertar-se dele*.

Em muitos casos, a Imprensa pode ser apontada, não só como responsável pela *descoberta da miséria*, mas também pelos *falhanços nas tentativas de libertação*.

A Imprensa avoluma a *miséria*, na medida em que é dominada — e muitas vezes sem segundas intenções — pelos países desenvolvidos. Se pensarmos por exemplo que, segundo o relatório «L'Information a travers le Monde» da UNESCO, publicado em 1966, a agência de notícias United Press International tem 136 delegações no estrangeiro, que

nela trabalham ao todo 10 000 pessoas, que os seus boletins de informação, redigidos em 55 linguas e dialectos, e distribuídos em 114 países e territórios, são recebidos por 3069 jornais, 2327 estações de Rádio e 528 de Televisão, e 622 assinantes diversos; que a UPI utiliza, por dia, mais de 800 000 quilómetros de linhas continentais e mais de 300 horas de radiocomunicações — facilmente compreenderemos que a *força da informação* chegada aos países subdesenvolvidos provém dos países desenvolvidos e que nem sempre a Imprensa dos primeiros terá capacidade ou idoneidade para a assimilar e corrigir.

Por outro lado, como muito bem observou o prof. da Faculdade de Direito e Ciências Económicas de Lille, Jacques Austruy, é «*fácil compreender que o capital investido na empresa privada de Imprensa é muitas vezes um dos elementos do domínio externo*».

E isto por várias razões:

- Em primeiro lugar, os grupos capitalistas estão, em geral, em mais íntima ligação com os chamados *meios internacionais* do que com a sua própria empresa.

- Em segundo lugar, não é excepcional que sob diversas formas surjam *subvenções* ou *pressões* de grupos financeiros. A acção de uma empresa petrolífera, por exemplo, pode fazer-se sentir a diversos níveis...

- Em terceiro lugar, os jornais, nos países subdesenvolvidos, obtêm grande parte da sua receita através da *publicidade*. Em Portugal, por exemplo, se nuns jornais a publicidade não ultrapassa 50 % do espaço ocupado, noutros atinge os 80 %. Esta situação aumenta a dependência da Imprensa perante as agências de publicidade, as quais em muitos casos são dirigidas pelo estrangeiro.

- Em quarto lugar, os jornais e revistas estrangeiros *vendem à Imprensa dos países subdesenvolvidos serviços especiais*. É o caso de *The New York Times* ou do *Newsweek*, do *Daily Mail* ou do *Daily Telegraph*, de *Le Monde* ou do *Paris Match*, etc.

7 — Se a esta série de factos acrescentarmos que a Imprensa nos países subdesenvolvidos se dirige especialmente a minorias cultas, educadas segundo os moldes ocidentais, concluímos que, até para as captar, a Imprensa lhes apresenta as realidades através de um prisma ocidental.

Ora essa óptica reforça o sentimento de frustração das sociedades subdesenvolvidas. Leitores de jornais, radiouvintes ou telespectadores passam a julgar a *miséria própria* e a *riqueza dos outros* de acordo com um critério ocidental. A felicidade aparece-lhes através de história da estrela de cinema, do *zê-ninguém* que se transformou em milionário, às vezes até através do criminoso cujo nome e fotografia são publicados na primeira página. O progresso identifica-se com as proezas técnicas das sociedades industrializadas: satélites, armas modernas, etc. O modo de vida tradi-

cional é considerado anacrónico e pitoresco folclore, ignorado ou desprezado pelos figurinos estrangeiros e em especial pelo «*american way of life*».

Depois — e já sem falar na penetração subtil de opiniões pessoais expendidas em todo o Mundo (casos de W. Lipmann ou R. Gesties) — os *capítulos político e económico* são julgados segundo um ponto de vista ocidental, de acordo com a escolha da informação já operada pelas agências noticiosas (que não podem enviar tudo o que possuem) e reforçada pela segunda selecção das Redacções (que não podem publicar ou emitir tudo o que recebem).

Finalmente, há o vasto *campo da estatística*, com auxílio do qual a Imprensa pode introduzir a visão ocidental dos problemas nas sociedades menos desenvolvidas. Os dados estatísticos servem para alterar os factos, num ou noutro sentido. Um jornal agrícola pode, por exemplo, subestimar o rendimento «per capita» dos agricultores se avaliar o autoconsumo (o consumo pelos agricultores dos bens que eles próprios produziram) aos preços de produção e não aos de consumo. Por outro lado, o facto de o Kuwait ser o país de rendimento médio mais elevado nada prova quanto ao desenvolvimento da maioria da sua população. E dizer que um país como o nosso, em que o rendimento «per capita» não atinge os 300 dólares, está 7 vezes menos desenvolvido do outro que ultrapasse os 2000 dólares é falso, pois com 300 dólares por ano morre-se nos Estados Unidos e sobrevive-se em Portugal.

8 — Num outro plano se pode ainda falar da Imprensa como obstáculo ao desenvolvimento: o do chamado *efeito de demonstração*, que constitui mais um travão do que um estímulo ao desenvolvimento.

Através do material de redacção e da publicidade a Imprensa *convida mais ao consumo do que à poupança*. Ora sabe-se que sem poupança não há investimento e sem investimento não há desenvolvimento. A Imprensa pode tornar o círculo da pobreza ainda mais vicioso, proporcionando novas necessidades àqueles que já tinham dificuldade em poupar dentro do esquema de vida tradicional. Se quisermos colocar a questão em termos mais gerais, podemos dizer que a Imprensa, nos países subdesenvolvidos, *mostra-se mais apta a informar e elucidar sobre os novos tipos de consumo do que sobre os novos meios de produção que esse consumo implica*.

Num outro nível a Imprensa pode impedir que os membros de sociedades menos desenvolvidas concebam o seu desenvolvimento fora de uma imitação servil do desenvolvimento já realizado noutros contactos históricos. Favorecendo uma transposição integral e apressada dos modelos externos, a Imprensa evita a procura de soluções originais e adaptadas ao condicionalismo particular de cada sociedade subdesenvolvida.



Além disso — e noutra plano ainda —, se a Imprensa escolher um tom de escândalo para definir a situação num país subdesenvolvido, a visão corrente dos problemas e das dificuldades pode ser alterada. Nesse caso toda uma política de ajuda ao desenvolvimento pode estar errada desde o início. E é o desenvolvimento que sofre com isso, pois, em vez de um auxílio consciente, surge uma atitude de dúbia caridade.

9 — Quererá tudo isto dizer que a Imprensa é necessariamente nociva ao desenvolvimento?

Não. Já vimos atrás que, pelo contrário, a Imprensa é necessária ao desenvolvimento ou, pelo menos, à *aceleração do desenvolvimento*.

Simplemente, aqui como em muitos outros sectores, a Imprensa pode ser uma arma de dois gumes.

Com a *colaboração de todos*, a Imprensa poderá desempenhar um lugar fundamental, quer na realização das alterações da estrutura económica e sócio-política, quer, através do seu papel educativo, na criação de novos pontos de referência, mais universais, mais solidizantes.

Para tal, torna-se indispensável que a Imprensa seja *ajudada* pela comunidade que serve e para a qual se produz, e, em especial, por aqueles que nela ou com ela trabalham.

Caso contrário corre-se um de dois riscos:

● ou a Imprensa cai, directa ou indirectamente, sob o *domínio externo*, o que, como já vimos, apresenta inúmeros inconvenientes;

● ou a Imprensa é *monopolizada pelo poder político*, o que tão-pouco se afigura favorável ao desenvolvimento, na medida em que dificulta, quando não impossibilita, um *esforço autêntico de criação* por parte de toda a comunidade.

10 — Em muitos países a dura tarefa da Imprensa em relação ao desenvolvimento tem sido compreendida e estimulada. Digno de especial nota (até pelo país que o atribui) é o Prémio Anual para a Melhor Realização Mundial de Imprensa, outorgado pela American Newspaper Publishers Association «aos jornais cujo valor redactorial, espírito de iniciativa, coragem, independência e integridade tenham contribuído para o progresso social, económico, cultural e político dos cidadãos dos respectivos países».

Para concluir afigura-se, por isso, oportuno transcrever a justificação que, em meados de 1966, a própria Associação enviou à Imprensa de todo o Mundo acerca da atribuição do Prémio de 1965 ao jornal turco «Yéni Adana».

Esta justificação exprime o muito que, mesmo dentro de um campo de acção territorialmente restrito, a Imprensa pode fazer pelo desenvolvimento, desde que os homens que nela ou com ela trabalham saibam ser independentes e corajosos:

«O *contemplao* com o prémio para a *Melhor Realização Mundial de Imprensa em 1965* foi o jornal «Yéni Adana», de Adana, Turquia, o qual surgiu em 1918

como instrumento de resistência contra as tropas francesas de ocupação. Depois da sua fundação, sobreviveu a muitas mudanças políticas e revolucionárias e participou activamente num período frutuoso do progresso social.

Trata-se de um pequeno quotidiano de província, de 6 páginas, com uma tiragem de 2500 exemplares por dia, que sempre se exprimiu com força e independência.

Mesmo no início da sua publicação, o seu fundador, a fim de salvar a vida, viu-se obrigado a fugir para uma aldeia na montanha. Ai continuou a editar o «Yéni Adana», recorrendo a equipamento técnico rudimentar e a métodos de distribuição clandestina.

Diversas sanções governamentais, económicas e legais caíram sobre o jornal. Em 1960 o Governo suspendeu-o por 18 dias.

Não obstante estas condições e uma comunidade 75% analfabeta, o «Yéni Adana» seguiu sempre uma política editorial ousada e independente. Não hesitou em denunciar os abusos dos funcionários públicos da sua comunidade. Procurou familiarizar os seus leitores cidadãos com as condições existentes nas aldeias pobres e afastadas, dando notícias locais e nacionais, bem como do estrangeiro.

O «Yéni Adana» desempenhou um papel significativo no desenvolvimento e na educação da sua comunidade e encorajou a luta pela livre expressão e por uma vida melhor».

Francisco C. P. Balsemão

## Um inquérito contraditório

A Subcomissão Anti-Cartel do Senado Norte-Americano está a realizar um vasto inquérito sobre a indústria dos jornais, ouvindo testemunhos profundamente contraditórios de dois directores, a propósito do efeito que provocam os acordos entre os jornais concorrentes.

William A. Small Junior, editor do «Daily Citizen», de Tucson, no Arizona, afirmou que os acordos desse género combatem o monopólio, pois tornam possível a continuidade de um periódico que, sem esse auxílio, se extinguiria. O seu próprio jornal, um vespertino, não teria podido sobreviver economicamente sem a cooperação que, desde 1940, o liga ao matutino do Arizona «Daily Star».

Eugene Cervi, director do «Cervi Journal», das Montanhas Rochosas, semanário de Denver, no Colorado, afirmou que os grandes periódicos ao contribuírem com a angariação de anúncios, exercem um monopólio que os torna mais fortes, ao passo que os pequenos jornais ficam prejudicados.

## L I V R O S

### «História da ideia europeia»

#### — Um sonho de cinco séculos que continua em gestação

É da autoria de Bernard Voyenne, jornalista e professor de quem publicaremos um artigo no próximo número de JORNALISMO, este livro que vai na terceira edição da «Petite Bibliothèque Payot».

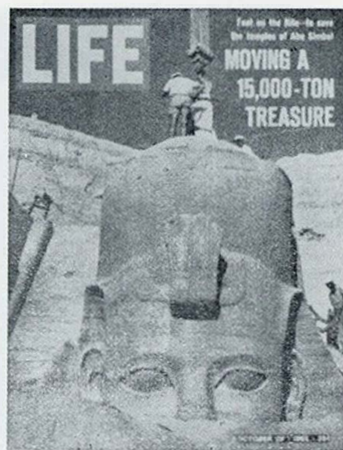
Secretário de redacção no diário parisiense «Combat» e depois director da revista «Pensée Française», Bernard Voyenne consagra-se agora ao ensino do jornalismo no Centro de Formação dos Jornalistas e no Instituto Francês de Imprensa da Universidade de Paris. A sua obra escrita inclui diversos estudos sobre questões da Imprensa e também abundante bibliografia sobre a história das ideias. Neste último domínio tem-no preocupado o pensamento federalista na Europa e o livro que referimos constitui, por assim dizer, uma condensação da história da luta pela unidade do velho continente.

Obra utilíssima, permite-nos abarcar na sua verdadeira justeza os eventos que têm formado, a pouco e pouco, a ideia da unidade europeia, a qual progressivamente ganha corpo, embora com uma lentidão que a muitos exaspera. A esses responde Bernard Voyenne: «Esquecem que a ideia europeia está a caminho desde há cinco séculos, pelo menos, e que não teria nascido sem uma maturação duas ou três vezes maior?»

O autor prova-nos, no entanto, que a ideia tem marchado mais aceleradamente nos últimos tempos. Para ele a unidade da Europa deve fazer-se. É, diz, uma questão de vida ou de morte. Pode processar-se esta unidade, em sua opinião, dentro da diversidade de culturas, de tradições e de ideologias que aparentemente são obstáculo à união. O problema reside em dar sentido e direcção a essas diversidades, e não em esterilizá-las.

Eis um juízo que surpreenderá muitos dos que se interessam pela unidade europeia. A obra de Bernard Voyenne, com a exaustiva descrição que efectua do pensamento federalista na Europa, reserva ainda, aliás, outras surpresas a quantos a consultarem.





# TRÊS GRANDES REVISTAS DE CIRCULAÇÃO MUNDIAL:

«Paris Match» — «Life» — «Stern»

As três maiores revistas semanais de circulação internacional — «Life», 8 200 000 exemplares; «Stern», 1 900 000; e «Paris Match», 1 600 000 — continuam a aumentar a sua tiragem já astronómica e a conquistar novos públicos.

Aparentemente pouco diferentes, as três revistas só apresentam, na realidade, dois pontos em comum: a preocupação de fornecer ao leitor uma informação «digerida», condensando em termos acessíveis a vastas camadas todos os dados de um determinado problema ou acontecimento e a utilização da fotografia como valor de primeiro plano, igual ao do texto.

O êxito da fórmula «Match» reside essencialmente no facto de que o leitor sente-se directamente interessado no acontecimento relatado, o qual é sempre apresentado num plano humano vulgar e geralmente com optimismo. A revista procura, tanto quanto possível, criar um clima de entretenimento, doseando sábia-mente as notícias «sérias» com aquelas que não são mais do que uma válvula de escape. Dispõe, para isso, de um corpo jornalístico de escol, formado por 90 redactores e 24 fotógrafos privativos. A publicidade

constitui a sua principal fonte de receita, ascendendo a 240 contos o preço de um anúncio de página, a cores.

Tanto como para o «Match» a fotografia representa para o «Stern» um valor de primeiro plano (vinte fotógrafos privativos) e a publicidade (40% das 170 a 200 páginas que imprime semanalmente) o principal sustentáculo. Embora a orientação da revista seja, igualmente, baseada no intuito de fornecer uma imagem agradável da vida, devemos sublinhar que no respeitante à política alemã «Stern» mantém grande isenção, não hesitando em publicar textos que podem desagradar a grande massa de leitores.

Mesmo nos Estados Unidos, onde aparecem mais de trinta revistas ilustradas com tiragem superior a um milhão de exemplares, a «Life» é um exemplo do êxito. Ao contrário das outras duas publicações que citámos, preocupa-se em informar objectivamente os leitores que tem em cinco continentes. Caracteriza-se por absoluta liberdade de expressão e completa independência política, sendo um dos poucos órgãos da Imprensa americana que sempre lutou contra a segregação racial.

## Joaquim Maria da Silva (Tarrela)

Faleceu um velho homem de jornais deixando em toda a família da Imprensa uma longa saudade: Joaquim Maria da Silva, por todos conhecido como o «Tarrela». Viu nascer, viver e morrer jornais; e em tudo (ou quase tudo) o que foi folha impressa esteve presente, como orientador de vendas, como chefe de expedição — cargos fundamentais que requerem conhecimento profundo da psicologia do leitor e do ardina. «Tarrela» sabia o valor de um título largo, apreço em alta grita. E, do cubículo da venda, incitava, dava ordens precisas e exactas para que o jornal fosse anunciado pela cidade, nas correrias alucinantes dos ardinhas.

Trabalhou em dezenas de periódicos; trabalhou sempre, com afinco, com alegria, com eficiência. No «Diário Popular», durante muitos anos, desempenhou o lugar de chefe da expedição, e foi um exemplo de dedicação e de zelo. Morreu com 90 anos, deixando no luto numerosa família: a do sangue e a do coração — que é a gente fazedora de jornais.



# CRISE DA IMPRENSA NOS ESTADOS UNIDOS



A última edição do «World Journal Tribune» anunciou, à largura de toda a sua primeira página, o final da publicação

A conhecida revista norte-americana «Fortune» previa, há anos, que em 1970 só existiriam em Nova Iorque três grandes jornais. Acolhido, na altura, com cepticismo, o estudo que continha tal previsão revela-se agora fundamentado: a principal cidade dos Estados Unidos tem neste momento apenas três grandes diários.

Em Abril do ano passado fundiram-se as empresas proprietárias dos três maiores jornais de Nova Iorque, o «New York

Herald Tribune» (um dos mais prestigiados órgãos da Imprensa norte-americana, no qual colaboraram Walter Lipmann, Joseph Alsop e outros jornalistas de renome), o «New York World Telegram and Sun» (que resultara da fusão de outros diários) e o «New York Journal American». Desapareceram então os dois últimos jornais, substituídos pelo «World Journal», e manteve-se o «Herald Tribune». O «Herald», contudo,

pouco sobreviveria. Em Agosto era anunciado o termo da sua carreira de cento e trinta anos, passando a empresa resultante da fusão atrás citada a publicar somente um diário vespertino, o «World-Journal-Tribune», cujo primeiro número saiu em 12 de Setembro de 1966.

Oito meses decorridos e o «World-Journal-Tribune» desaparece, por seu turno. A derradeira edição saiu em 6 de Maio, como habitualmente, com 680 000 exemplares (a edição dominical atingia 865 000). O motivo invocado para o encerramento do jornal, que colocou no desemprego cerca de duas mil e quinhentas pessoas e entre elas centenas de jornalistas, foi o agravamento do «deficit». As perdas ascendiam, segundo o seu proprietário, a cerca de 700 000 dólares por mês.

Entretanto, em Paris, o presidente da edição europeia do «New York Herald Tribune — Washington Post» declarava que este jornal não seria afectado pelo encerramento em Nova Iorque do «World-Journal-Tribune». O «Washington Post» adquirira, em 1966, quarenta e cinco por cento das acções do jornal de Paris, que anteriormente era a edição internacional do «Herald Tribune», propriedade de R. Whitney, sócio do «World-Journal-Tribune». Mas dias depois do desaparecimento do jornal novaiorquino era anunciado, em 19 de Maio, que a edição internacional do «New York Times» seria fundida ao «New York Herald Tribune — Washington Post». Um novo jornal com o título de «International Herald Tribune» apareceu, publicado em Paris, com expansão por setenta e dois países e reunindo os 47 000 exemplares da tiragem do «New York Times» aos 60 000 do «Herald Tribune — Washington Post».

Tal como a «Fortune» previu, Nova Iorque tem agora apenas três grandes diários, dois matutinos e um vespertino. Este último, o «New York Times», aumentou a sua tiragem, que era de meio milhão de exemplares, e subiu as tarifas de publicidade. É o vencedor. Mas não será a sua vitória uma vitória provisória?

A crise da Imprensa na América do Norte é um facto e não nos interessa, de



momento, averiguar as suas motivações profundas. Observa-se nos Estados Unidos um fenómeno curioso, que só parcialmente explica o desaparecimento de grandes jornais. Os pequenos diários de arrabalde, digamos, que dão primazia aos acontecimentos dos bairros onde se publicam, em detrimento da informação estrangeira e nacional, aumentam prodigiosamente a sua tiragem e em consequência atraem publicidade que é desviada dos grandes órgãos.

A crise que se regista na América do Norte põe em foco, no entanto, um problema que interessa a todos os jornalistas e não pode passar despercebido à opinião pública. Referimo-nos à tendência para os monopólios na Imprensa, bem exemplificada também na Inglaterra com o caso do «Times», praticamente adquirido (85% das acções) por Roy Thomson, proprietário de uma extensa cadeia de jornais e recentemente nobilitado pela Rainha Isabel. Não cremos que o título de Lord Thomson of Fleet faça esquecer que este comerciante de jornais conseguiu adquirir o «Times», quando os estatutos da «Times Publishing Company» exigiam que qualquer transmissão de acções teria de ser sancionada por um conselho do qual fazem parte personalidades do maior relevo na Grã-Bretanha.

Não está provado que a concentração das empresas proprietárias de jornais prejudique a independência da Imprensa — mas talvez não seja necessário fazer a prova... O fenómeno não se regista com acuidade em Portugal, embora todos os jornalistas conheçam tentativas recentes, entre nós, de monopólios de Imprensa. Tentativas só superficialmente bem sucedidas e que provocaram, felizmente, fortes reacções. Também entre nós, em Portugal ultramarino, a concentração levou ao desaparecimento de jornais e fez pender, segundo se julgou, ameaças sobre a independência de conceituado diário. Talvez não sejam, por isso, descabidas as considerações insertas num artigo que a revista «Rumo» publicou, há meses, precisamente sobre os monopólios da Imprensa. Dizia a revista:

«Poderá julgar-se que esta problemática está muito longe das realidades que se nos deparam em Portugal. Mas, para além do seu interesse geral, não nos parece que nos possamos alhear da experiência alheia quando se pretenda, entre nós também, proceder à regulamentação — que se aguarda — de todo este sector da vida nacional. Se não se atender a factos como estes, veremos como — mesmo entre nós e não só por intermédio das agências internacionais e de jornais estrangeiros que cada vez se compram mais — eles tardarão pouco a repetir-se».

67% 67%  
67%  
67% 67%  
67%  
67%

das personagens de relevo na economia alemã lêem o diário DIE WELT

Um anúncio do «Die Welt» publicado na Imprensa mundial

«O perigo tem uma base institucional e portanto de natureza fundamental. Ele pode tornar-se insignificante de acordo com a personalidade do proprietário de jornais e o seu sentido de liberalismo»

## Crise estrutural na Imprensa alemã

*Extraído da «Tribuna da Alemanha», publicação periódica dos serviços oficiais de informação daquele país, publicamos, a seguir, um artigo extremamente oportuno sobre a crise económica que ameaça a Imprensa em geral. Este artigo refere-se a uma medida que preconizamos: o auxílio do Estado à Imprensa, na forma da redução de taxas e eliminação de impostos. Este é o sistema mais digno e até legítimo — a Imprensa é um elemento indispensável à existência de qualquer país — não trazendo, consigo, as inaceitáveis e malélicas condições dos subsídios ou dos auxílios directos.*

Estamos habituados a considerar a limitação da liberdade da Imprensa como no século XIX, quer dizer, como um problema relevante do liberalismo. Invoça-se imediatamente o espectro do Estado autoritário; mas os verdadeiros perigos que ameaçam a Imprensa não vêm do Estado, das leis ou da censura. O seu livre desenvolvimento está ameaçado porque a força económica dos editores está em vias de desaparecer e estes começam a vegetar. O enfraquecimento dos últimos meses foi já suficiente para fazer sobressair claramente a crise estrutural da Imprensa alemã.

Pouco depois do principio do ano, os jornais «Kurier (Berlim) e «Abendecho» (Hamburgo) deixaram de aparecer. Pensa-se por toda a parte em acabar com a publicação de jornais outrora prósperos. A Imprensa do Partido Social Democrático está completamente ameaçada porque o público já não aprecia a estreiteza das vozes de partido. Alguns jornais são talvez mal dirigidos. Mas as raízes da crise são mais profundas e a tempestade que paira sobre as gazetas não fará cair senão ramos mortos.

A crise internacional da Imprensa — o desaparecimento do «New York Herald Tribune» e as dificuldades financeiras do «Times» e do «Guardian» — alcançou a República Federal. As realidades irremovíveis que se deparam à Imprensa e que esta é impotente para eliminar são: os gastos de fabrico, que aumentam sem cessar; uma dependência crescente «vis-à-vis» com o mercado dos anúncios, mercado esse que se afigura muito sensível às evoluções de ocasião; a rude concorrência da televisão, favorecida pelas taxas da sua publicidade.

Uma concentração e uma centralização salutares são consideradas como uma solução inevitável. Mas será difícil acreditar que esta modificação estrutural tão salutar nas outras actividades possa ser aplicada à Imprensa sem que o aspecto, a substância e a diversidade dos jornais



# “UM JORNAL POR 30 CENTIMOS”

## — os mitos e realidades da Imprensa moderna

«Chaque jour, l'Univers pour le prix d'un croissant, tel est le fabuleux pari — gagné — de la Presse». Registrando um facto que se observa tanto no seu país como noutra qualquer, os autores de uma notável obra publicada recentemente em França («Un journal pour 30 centimes»), por François Archambault e Michel Ambault) procuram descobrir as razões do fenómeno e colocam uma série de interrogações. O que são os jornais, qual o seu custo real? Como vivem? A publicidade é inofensiva ou, pelo contrário, perigoso meio de pressão? Qual é, em conclusão, o poder real da Imprensa? As respostas que encontrarem constituem, conforme veremos, um esclarecimento que interessa ao público e também aos jornalistas.

Não se trata, deve sublinhar-se desde já, de uma obra de divulgação apressada. A opinião da própria Imprensa francesa a respeito do livro é concludente: «devia interessar o mais vasto público» («Monde»); «um estudo económico sólido e realista, embora de leitura atraente» («Les Nouvelles Littéraires»); «livro informado e objectivo» («France-Soir»); «estudo preciso e claro da Imprensa francesa, da sua história e da sua evolução» («Candides»).

Versando especificamente a Imprensa francesa, a obra coloca problemas e apre-

senta conclusões válidas para a generalidade dos países. É apropriada, portanto, a definição que acompanha o título. Na realidade, «os mitos e as realidades da Imprensa moderna» são iguais em França, e na Inglaterra, nos Estados Unidos e em Portugal.

Recheada de estatísticas, elementos informativos, opiniões e testemunhos válidos, e tratando das questões mais candentes da Imprensa actual, o livro a que nos referimos não pode ser resumido no breve espaço de um artigo. A identidade dos grandes «patrons» da Imprensa fran-

cesa e as suas carreiras, o preço do jornal e os factores que influem no seu custo, os recursos financeiros ocultos e confessados da Imprensa, os meios de pressão de que é ou pode ser alvo, o seu poder perante os outros meios de comunicação — as matérias tratadas ao longo de duzentas páginas de texto são imenso repertório de úteis informações e de juízos pertinentes. Examinaremos os principais, em ordem à preocupação evidenciada pelos autores: realizar um estudo dos problemas suscitados pelo equilíbrio financeiro das empresas jornalísticas.

devam submeter-se a uma modificação radical e a uma deformação certa. Cada jornal que morre é uma labareda de vitalidade que se extingue. Para a Imprensa denominada «séria», cada pincelada colorida que desaparece significa um empobrecimento intelectual.

Uma maior produtividade económica, conseguida da ajuda da concentração, não conduz — infelizmente — a uma melhor qualidade e a um nível mais elevado, e o espírito liberal não sopra obrigatoriamente. A produção em massa está submetida a certas obrigações técnicas e a numerosas tentações — adaptar-se às necessidades do público pouco exigente, aderir à prioridade do aspecto de recrear o espírito.

A necessidade de recreio é legítima, mas quando se abafa tudo o resto o jornal afasta-se das regras que respeitava inicialmente e a consistência da informação passa a segundo plano, ou, então, as notícias sérias são «enfatuadas» e tomam um aspecto distractivo que as não favorece. Onde se pretendia ouvir música de câmara ecoam as fanfarras.

A evolução social da República Federal não pode senão ser tocada ao de leve. A discussão pública dos problemas do país poderia extinguir-se e ninguém poderia lamentar-se por não ser suficientemente informado. Quando se fala de

«monopólio de opinião», trata-se de um puro exagero. Os pressupostos monopólios neutralizam-se enquanto a Rádio, a Televisão, a Imprensa supra-regional e regional continuam a existir lado a lado.

De modo algum é necessário «divinizar» o gigante «trust» da Imprensa.

Com a concentração da força económica na Imprensa cresce igualmente o poder de certos magnates que influenciam as correntes espirituais e políticas dos jornais — uma força elevada ao expoente máximo, desempenhando alguns jornais o papel de multiplicador.

O perigo tem uma base institucional e portanto de natureza fundamental. Ele pode tornar-se insignificante de acordo com a personalidade do proprietário de jornais e do seu senso de liberalismo. Mas o contrário também é infelizmente possível. Uma tal força deve criar imensas tentações: a unificação espiritual das redacções, o exercício duma tutela, a manipulação da notícia.

E, apesar de tudo, não se pode impedir simplesmente a concentração, sobretudo quando ela constitui a única porta de saída para a indústria da Imprensa. É necessário perguntar-se se, por outro lado, é possível definir as características económicas convincentes segundo as quais se poderia limitar a concentração por motivos políticos.

As concentrações, por serem demasiadamente fortes, podem provavelmente ser evitadas mais facilmente se o Governo concede aos editores possibilidades especiais de amortização dos seus investimentos, abrindo-lhes uma porta para a Televisão e tomando-lhes as tarifas postais suportáveis. Na Imprensa alemã, não queremos cidades formadas por empresas de igual importância — e não deveríamos querer uma uniformidade de edifícios. É necessário que a paisagem fique variada.

Axel Springer, o poderoso editor que domina todos os outros, justifica a sua gigantesca concentração pelo facto de a Imprensa de hoje ser obrigada a fazer uma escolha entre a subvenção e a concentração. E ninguém sonha refutar o princípio. Mas as subvenções seriam incompatíveis com a liberdade da Imprensa, mesmo com a existência do Estado democrático. Trata-se pois do facto de a concentração não ser a única possibilidade de sobrevivência. Mas o Governo Federal e o Parlamento não consideram ainda visivelmente o problema como um fenómeno político.

Eles temem abordar o assunto, tal como o Conselho da Imprensa.

Abandonada à sua crise estrutural, a evolução da Imprensa alemã poderá ensombrar de maneira considerável a paisagem espiritual do país.



## **Desvendando o anonimato**

Milhões de homens e de mulheres extraem das suas informações e muitas vezes dão a sua confiança a um produto «anónimo» e despersonalizado. A questão apresentada desta forma encerra um dado. Relaciona-se directamente com a mundo de implicações de extrema gravidade — «dessacralização» da Imprensa e a perda do respeito inato pelos jornais que existia antes da industrialização dos meios de Informação. Saliendam, a este respeito, que o anonimato nos jornais reforçou a identificação da empresa jornalística a qualquer outra empresa comercial e industrial, fixando-se como objectivo único, ou pelo menos principal, a realização de benefícios.

Embora esquemáticamente, os autores empenham-se numa explanação das tentativas levadas a cabo em França para a responsabilização da Imprensa no quadro das sociedades anónimas em que vigora a sua exploração, na quase totalidade. Assim, o caso de «Le Monde», onde o quadro redactorial possui uma parte importante do capital e desta forma salvaguarda a liberdade e a independência do conhecido diário parisiense; e o caso, menos conhecido apesar de recente, dos jornalistas de «Le Figaro», os quais, após a morte de Pierre Brisson, em Janeiro de 1965, criaram uma sociedade com idêntica finalidade, embora sem igual êxito...

Prouvost, Del Duca, Marcel Dassault, Daniel Filipacchi e outros «grandes», a meia dúzia de homens que governam a Imprensa diária e os hebdomadários da França, são retratados, não caricaturalmente, mas com perfeita isenção. É-lhes prestada a homenagem devida, pois no difícil empreendimento que é a direcção comercial de órgãos da Informação eles fazem jus a amplos louvores (a técnica Prouvost), na origem do êxito do «Paris Match», do «Marie Claire» e de outras publicações e que lhe permitiu apossar-se do «Figaro»: saber perder intelentemente dinheiro, para depois ganhá-lo — mas a necessidade da sua actuação diz bem das falíveis tentativas de subtrair a Imprensa às contingências da luta económica...

## **Objectivo falhado: entregar os jornais aos jornalistas**

Uma destas tentativas, aliás conhecida, registou-se, em França, após o final da última guerra. O Governo, com De Gaulle no Poder, aspirava confiar a propriedade e a gestão dos jornais a equipas de jornalistas, sem atender a partidarismos políticos. Pierre-Henri Teitgen,

ministro da Informação, declarava, em 7 de Março de 1945, na Assembleia Consultiva:

«Tenho a intenção — e com essa finalidade trabalha-se arduamente nos meus serviços — de propor ao Governo um sistema de «contrôle» dos recursos da Imprensa e de saneamento das empresas jornalísticas. Trata-se de determinar os recursos que a Imprensa pode utilizar, obrigar as empresas da Imprensa a um plano contabilístico determinado, estabelecer um balanço-tipo e assegurar a publicação dos recursos e dos elementos contabilísticos da empresa. Todos os jornalistas aspiram a que estas medidas sejam tomadas, para que não se assista ao renascimento, no jornalismo da Libertação, dos meios de antes da guerra».

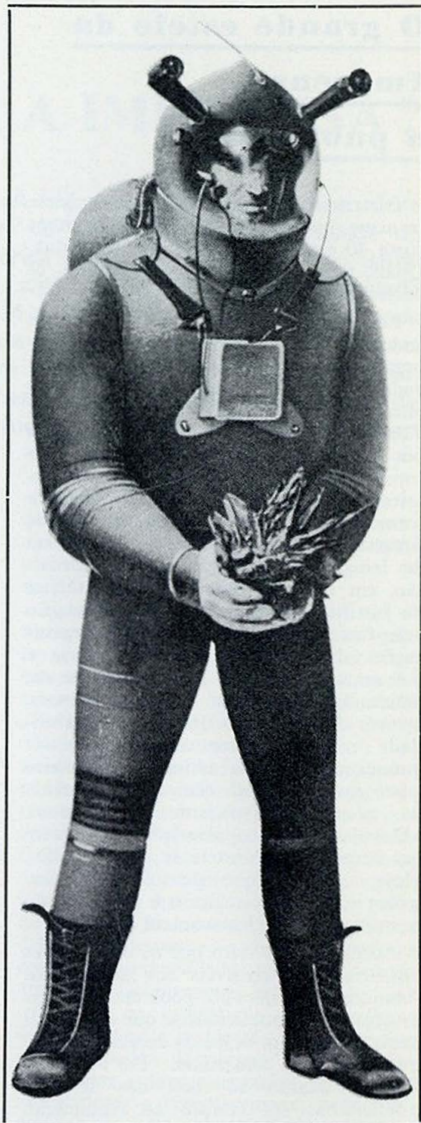
Boas intenções, ficaram em textos de diplomas que não são cumpridos ou não chegam, sequer, a ser regulamentados...

## **O mais barato, nos jornais, são os jornalistas**

Émile Girardin e depois Moïse Millaud, com a introdução da publicidade nos jornais e a diminuição do preço de venda, foram os criadores da Imprensa industrializada. Já no final do século passado, o custo do exemplar de um diário, e na generalidade de qualquer publicação periódica, era superior ao preço de venda. O resultado está patente no desaparecimento de diários com um a dois milhões de exemplares de tiragem, como os ingleses «News Chronicle» e «Daily Herald», e recentemente os norte-americanos «New York Herald» e «World-Journal-Tribune», etc.

Os autores da obra não indicam, dada a diversidade de situações, o custo médio real de um jornal em relação ao preço de venda. Na Imprensa diária francesa, por exemplo, a distribuição absorve de um quinto a um terço do produto da venda, enquanto o papel ascende a trinta por cento do custo total. De uma maneira geral, no entanto, segundo estudos documentados, mais de metade das receitas totais da Imprensa é aplicada em salários e encargos sociais, com especial relevância para a parte técnica.

Salienta-se, porém, um aspecto curioso: o «custo intelectual» (encargos com a redacção e a informação nacional e estrangeira de que ela se serve) é de somenos importância na feitura dum publicação, não ultrapassando 11,11% no «Paris Match» e representando em média 15% nos diários. «Partindo desta constatação — declaram os autores — alguns sociólogos notam que não é de admirar a degradação da condição do jornalista na sociedade contemporânea, não obstante o papel de crescente importância desempenhado pela Informação».



«O leitor-robot ficará satisfeito no dia-limite em que o jornalista se lhe abandonar totalmente?»

Dissecando mais as estatísticas, sabe-se que em França os encargos com o pessoal da redacção não excedem um vigésimo do preço de revenda do exemplar. Cremos ser com sentido irónico que os autores comentam: «Para não ofender ninguém, digamos simplesmente que a sociedade moderna ocupou-se mais em reduzir o preço da matéria cinzenta — pelo menos aquela que influi na educação, na informação e na cultura — do que o custo da celulose empregada no papel de impressão e de escrita».

Note-se, para bem compreender o reparo, que os autores de «Un journal pour 30 centimes» dão como facto provado — visto não ser em França contestado — que o êxito e o valor de uma publicação dependem, sempre, dos jornalistas.



## **O grande esteio da Imprensa: a publicidade**

Para muitos órgãos da Imprensa diária francesa o jornal vendido por 30 centimos custa 40 e mais à empresa que o produz. Quais, pois, os recursos da Imprensa, os declarados e os ocultos?

Em França e em quase todos os países onde os jornais não são editados por organizações governamentais, a publicidade é o principal sustentáculo das publicações. Do «Figaro» ao New York Times», passando pelo «Paris Match» e por outros títulos conhecidos, os anúncios constituem cerca de três quartos das receitas. Mas para captar a publicidade torna-se indispensável possuir grande tiragem e boa influência junto da massa de leitores. A maior parte dos jornais são, em França, controlados pelo Office de Justification de la Diffusion, associação sem fins lucrativos formada por organizações da Imprensa, da publicidade e dos anunciantes, cuja missão consiste em determinar a difusão real dos jornais, através do exame dos livros de contabilidade e de documentos comerciais. O anunciante averigua assim se o dinheiro gasto em publicidade tem a contrapartida da propaganda eficiente do produto. «Duvidava-se, ao princípio — escrevem os autores — do interesse do O. J. D.. Hoje, um jornal que não solicite o «controle» envolve o seu título e a sua difusão numa presunção desfavorável e negativa».

Acentua-se no livro que os anunciantes potenciais são sensíveis aos argumentos financeiros e felizes por poderem restringir os orçamentos publicitários, que em muitos casos consideram despesas excessivas e não investimentos comerciais. Por isso, a França, quanto ao total das despesas publicitárias em relação ao rendimento nacional, aparece em 19.º lugar, com a percentagem de 0,78%, na cauda de países de menor desenvolvimento económico, tais como a Finlândia, o Japão, Portugal (1,53%), a Itália, a Argentina, etc..

## **A Imprensa pode manter a sua independência**

«Pergunta-se se a precariedade dos recursos da Imprensa e a sua «corrida» aos leitores não constituem fraquezas que podem ser exploradas».

A nova questão encontra resposta adequada. Observa-se que em França, e o mesmo sucede noutros países, as empresas jornalísticas recebem, a vários títulos, auxílios valiosos. A subvenção

dada ao consumo do papel, por exemplo, tal como acontece em Portugal. Por outro lado, «Le Figaro», «Le Monde», «Paris-Match» e outras publicações repartem entre si, na qualidade de editoras-exportadoras, um subsídio que em 1963 foi de 4200 000 francos, concedido através de um fundo cultural para prestígio da França no estrangeiro... Não quer isto dizer, claro, que os órgãos da Imprensa estejam necessariamente, dependentes dos Governos.

«Hoje — escrevem Archambault e Ambault — os jornais, mesmo os mais poderosos, só têm uma rubrica orçamental que pode ser comprimida: a da redacção. De maneira que geralmente os jornalistas são mal pagos e, por outro lado, a publicidade transformou-se num maná cada dia mais indispensável».

Os autores, todavia, são francamente optimistas quanto a este ponto. Não ocultam, e citam exemplos concludentes, que muitas vezes, em época ainda recente, numerosos jornais e jornalistas se venderam. No caso da França, no entanto — pois que só sobre este se debruçam — o jornalista venal não constitui ameaça para a independência da Imprensa, designadamente porque da respectiva carteira profissional constam a proibição de receber dinheiro de um serviço público, ou de uma empresa privada, onde a sua qualidade de jornalista, «as suas influências e as suas relações seriam susceptíveis de exploração», assim como estão impedidos de subscreverem com o seu nome «artigos de puro reclame comercial ou financeiro». O perigo, para os autores de «Um Journal pour 30 centimes» é outro:

«É o perigo de submissão total do jornalista ao leitor, é a despersonalização, quer dizer, a perda de personalidade e por consequência a perda de audiência. É o tema clássico do aprendiz de feiticeiro. O leitor-robot ficará satisfeito no dia-limite em que o jornalista se lhe abandonará totalmente?»

## **«O cúmulo da não-informação»**

O «Monde» é novamente citado a este propósito. Queixam-se os leitores franceses (só os franceses...?) de que «o jornal não tem nada que ler». O vespertino parisiense, para manter relação igual entre a matéria publicitária e a parte informativa, aumenta o número de rubricas e o desenvolvimento destas em proporção com o espaço reservado aos anúncios.

Inquéritos feitos em França e noutros países mostraram, aliás, que o leitor prefere as publicações com publicidade, àquelas que não inserem anúncios. Archambault e Ambault opinam, categoricamente, que a publicidade não exerce (no caso da França) pressão perniciosamente sobre a Imprensa. Apresentam, contudo,

uma restrição: «Os grandes interesses privados possuem, algumas vezes, em certos jornais, meios de pressão directos e mais subtis do que os da publicidade: participação directa no capital do jornal, laços pessoais entre os dirigentes, etc.» E concluem:

«A Imprensa dos «trusts», os «jornalistas vendidos», as pressões misteriosas do Estado ou dos publicitários, tudo isto participa, senão da efabulação popular, pelo menos do mecanismo amplificador dos rumores. É preciso constatar que se está geralmente mal informado sobre a Imprensa. É o cúmulo da não-informação. Este sector devia fazer as suas próprias relações públicas».

## **A TV é um elemento de valorização da Imprensa**

Qual o verdadeiro poder da Imprensa, se a Rádio e a Televisão lhe retirarem o monopólio da Informação?

O julgamento exarado no livro é preceptivo: os jornais bem feitos, que servem os seus leitores e os interesses da comunidade em que se integram, não estão ameaçados pelos outros meios de comunicação. A diminuição das tiragens e o desaparecimento de órgãos prestigiosos são consequência inelutável da concorrência a que obriga a industrialização da Imprensa. Será erro julgar que só sobrevivem jornais despolitizados (o exemplo de «Le Monde» é flagrante), ou que é sempre lucrativa a concessão aos gostos mais baixos do público. É necessário, acima de tudo, que o jornal e os jornalistas se utilizem eficientemente das técnicas da profissão, até porque «les journalistes ont trop souvent tendance à écrire pour eux-mêmes et un cercle restreint constitué pour leurs confrères e quelques centaines de personnes qui forment le «tout-Paris» de la politique».

Apoiando-se em estatísticas significativas, apuradas em vários países, os autores julgam que a Televisão, em vez de prejudicar a Imprensa, favorece os jornais — desde que sejam bem feitos e supram as lacunas da TV, ou apresentem ao leitor aquilo que ele foi encontrar no novo meio de comunicação. Aprovam, por isso, sem reticências, Georges Gombault, director do «France-Soir», quando este diz: «A Televisão, longe de ser um concorrente para os jornais, deve ser um estimulante. Ela difunde as notícias e a imagem de maneira breve. Desperta a curiosidade do espectador, o qual deve procurar e encontrar no jornal um prolongamento, uma explicação, uma análise da informação. Na medida em que a Televisão suscita a curiosidade do leitor, a qualidade da Imprensa deve ser melhorada, sem cessar».



# A IMPRENSA CRITICA

## — MAS QUEM DEVE CRITICAR A IMPRENSA?

Proseguimos a publicação da série de artigos subordinada ao tema «A Imprensa crítica — mas quem deve criticar a Imprensa?». Depois da colaboração de John C. Merrill, professor de Jornalismo da Universidade de Missouri, apresentamos agora um trabalho intitulado «A Imprensa na América e os seus críticos». É seu autor John Tebbel, que foi editor de jornais, de revistas ilustradas e de livros, antes de ingressar na Universidade de Nova Iorque, onde assumiu a presidência da secção de jornalismo, de 1954 a 1966, e foi durante quatro anos director do Graduate Institut of Book Publishing. Embora seja ainda professor na Universidade de Nova Iorque, abandonou a presidência da secção de jornalismo, com a finalidade de dispor de mais tempo para a investigação. É autor de vinte livros, colaborador regular do «Saturday Review Magazine», na parte reservada aos meios de comunicação, e passou recentemente três meses na Europa, a fim de estudar a Imprensa europeia, com um subsídio da Fundação Ford.

### Obrigações que se impõem ao jornalismo moderno

A guisa de epílogo os autores de «Un journal pour 30 centimes» arquivam considerações que revelam o juízo fundado exprimido ao longo do livro. E, nomeadamente, dizem:

«As soluções são menos sistemáticas que uma ordenação imaginária; elas residem na tomada de consciência, pela gente da Imprensa, dos imperativos financeiros e morais da sua profissão; o que obriga os homens da Imprensa a aplicarem-se em todos os níveis, a bem orientar o seu jornal, para que ele não caia nem no excesso do intelectualismo exacerbado, nem no do sensacionalismo vergonhoso. Uma primeira obrigação impõe-se ao jornalismo moderno e é a procura duma verdade universal. Não falemos da objectividade, pois a palavra foi afastada, dissecada, desprezada. E, no entanto!... Ninguém expõe hoje as suas lucubrações pessoais, como antigamente os «sonhos do passeante solitário». Expõem-se factos, sempre factos! Isto não exclui a arte, a habilidade, mesmo o génio (...). Fez-se muito, é necessário reconhecê-lo, pela liberdade e dignidade da Imprensa. Os jornalistas venais estão moribundos. Os jornais vendidos suicidam-se e os prevaricadores apagam-se. Resta ainda muito a fazer para retirar aos jornais, senão aos leitores, os seus complexos perante o Poder e o dinheiro».

Se há uma função da Imprensa mais importante do que qualquer outra, ela consiste, diz-se geralmente, no direito de criticar quem quer que seja. Em todos os países onde não é controlada pelo Governo, a Imprensa considera-se um «contrôle» sobre os órgãos governamentais e que não poderia ser substituído por nenhuma outra instituição pública. É esta a razão pela qual é necessário defender a liberdade da Imprensa contra os que desejariam reduzi-la ao silêncio.

A Imprensa exerce também outras críticas. Os cronistas e os comentadores passam muitas vezes em revista os meios e as atitudes de indivíduos ou de grupos de uma comunidade. Os críticos examinam os produtos da cultura duma nação e, em certos casos, têm o poder de pôr termo à existência, por exemplo, de uma peça ou de um livro. Mesmo no capítulo desportivo, como todos os dirigentes de equipas sabem, os jornais não dizem simplesmente quem ganhou ou perdeu, mas fazem uma análise crítica, criando a seu belo prazer os heróis e os vencidos.

Este direito e este privilégio da crítica fazem com que a Imprensa exerça, pelo menos superficialmente, uma grande influência. Mas num mundo de «contrôles» e de equilíbrios, de acções e de oposições, ainda não se respondeu verdadeiramente à questão de saber quem criticará a Imprensa e valerá pela manutenção do seu equilíbrio nesse domínio.

Poucas instituições de problemas humanos se opõem mais violentamente à crítica do que os meios de comunicação. Os profissionais da Rádio consideram os críticos da Televisão como idiotas que não compreendem a mentalidade das massas. Os produtores de cinema apodam os críticos cinematográficos de indesejáveis estetas. Os produtores de peças de teatro, que têm muito mais a temer, dizem que a crítica teatral é geralmente inexplicável. Os editores de magazines dedicam pouca atenção à crítica que fazem do seu produto, pois a única coisa que verdadeiramente pode atingi-los é a indústria da publicidade e esta indústria, embora julgando-se mal compreendida por aqueles que a criticam, é suficientemente pragmática para saber

que a crítica da publicidade é um exercício inútil. Isto não impede, evidentemente, as agências de publicidade de denunciarem os críticos.

Quanto aos editores de jornais, são os mais susceptíveis de todos. Mesmo aqueles que de entre eles conhecem maior êxito, que sabem que o ataque mais acerbo lançado contra a sua publicação não afecta nada a difusão desta nem a publicidade, sentem-se vexados ao serem criticados e responderão às críticas com violência. Os jornais defendem-se, geralmente, de duas maneiras. Se aquele que critica é absolutamente estranho à profissão e nunca foi homem da Imprensa, dirão que não compreende a Imprensa e, nesta defesa, há muitas vezes um tanto de verdade. Assim que, por exemplo, os deões de quarenta e três importantes colégios e universidades norte-americanos afirmaram solenemente, num estudo, que os meios de informação dramatizavam deliberadamente incidentes isolados e que eram culpados de «fáceis generalizações excessivas» e de apresentações «excitantes, assustadoras e complacentes», pode concluir-se que estes académicos e homens de negócios não sabem grande coisa sobre o que é escrever e absolutamente nada sobre a maneira como se fazem jornais.

Uma outra maneira corrente de defesa perante a crítica é dirigida contra os críticos pertencentes aos meios dos jornais, ou que deles fizeram parte. Descrevem-nos como Judas, traidores à sua classe, se não à sua vocação. Este argumento parece levar a supor que uma ocupação que fez viver ou que permitiu que alguém iniciasse a sua vida profissional se encontra por esta razão abaixo de todo o direito de crítica. É o argumento da «fidelidade incondicional».

### A respeitabilidade chegou tarde

É possível que esta sensibilização exagerada à crítica que reina entre os directores dos jornais encontre a sua origem no facto de que, pelo menos na



América, a Imprensa só assegurou uma certa respeitabilidade no decurso deste século. Tal como o Teatro, foi considerada durante muito tempo uma distração. Até uma época assaz recente, os homens da Imprensa (os que nela trabalham, não os proprietários) eram considerados como inúteis bebedores que uma jovem de boa família jamais sonharia em desposar, pois eles não teriam nenhuma hipótese razoável de êxito e de prestígio.

É necessário recordar que durante quase os 175 primeiros anos da sua história, na América, a Imprensa mantinha relações muito estreitas com os seus leitores e que estes eram os seus críticos mais severos, exprimindo muitas vezes a sua contrariedade, saqueando as tipografias, ou incendiando as instalações, agredindo os redactores, ou mesmo mandando-os, se os infelizes não estavam dispostos a ouvir a voz da razão. Não muito mais tarde, historicamente falando, do que a guerra hispano-americana, os jornais foram interditos nas livrarias, nos clubes e entre as melhores casas da classe média e ainda hoje as notícias breves, os «faits-divers», que sobrevivem e prosperam numa maneira extraordinária na América, em Inglaterra e na Alemanha, são boicotados por parte da população que reage por reflexos condicionados contra o pecado.

Até à nossa época esta espécie de crítica era a coisa essencial contra a qual a Imprensa devia defender-se e que provinha daqueles que a odiavam, ou a temiam, ou que eram obrigados a criticá-la por razões mais válidas. Nos dias instáveis do século XIX havia muito a criticar, pelo facto de ser negligenciada a responsabilidade na Imprensa e o seu poder de destruição ser muito maior.

Quando o Presidente Johnson critica hoje a Imprensa, trata-se da reacção pessoal de um homem que não pode suportar não ser admirado. Quando um político do século XIX atacava os jornais (ou, na maior parte das vezes, um jornal determinado) era em razão de um medo legítimo e fundado de se ver afastado dos negócios. Johnson sabe muito bem — ou devia saber, se estudou a história contemporânea — que o que a Imprensa pensa ou não pensa dele pode contrariá-lo, mas não o afecta seriamente.

## **O Conselho de Imprensa britânico não seria aceite na América**

Os jornais americanos começaram a modificar as suas relações com a crítica e aqueles que a manobram assim que a tiragem deixa de ser o factor principal da sua existência e a publicidade se transforma em elemento dominante. Isto resulta em que ficam mais prósperos,

mas menos influentes. A crítica directa manifestada pelos leitores exprime-se cada vez mais por uma diminuição de tiragem e por resultados excessivos nas demandas judiciais por difamação, o que constitui também um sério problema na Imprensa britânica. Na América já não se bate nos jornalistas, nem se lança fogo aos jornais cujos editoriais irritam; simplesmente não se lêem esses editoriais. E, pois que o jornal americano se transforma cada vez mais num boletim de informação local e num meio de difusão da publicidade, ele é cada vez menos objecto de uma crítica verdadeira e efectiva por parte dos seus leitores. Isto é particularmente extensivo na Imprensa suburbana, que regista rápido crescimento.

Chega-se, portanto, a uma situação onde a responsabilidade de um «contrôle» e de um equilíbrio críticos cabem ao crítico profissional da Imprensa. Durante mais de dois séculos, os gritos ultrajantes provinham quase unicamente de outros indivíduos cujas carreiras e carteiras podiam ser directamente afectadas pela Imprensa. É verdade que também os cronistas e directores de jornais se criticavam uns aos outros ferozmente, mas tratava-se de embates entre fortes personalidades durante o longo período do jornalismo de ecos.

Uma das críticas mais violentas que hoje pode ser endereçada aos jornais é a repugnância distante e autoprotectora com que a Imprensa se vigia a ela própria. As violações flagrantes de regras de moral profissional cometidas por certos jornais são silenciadas pelos outros. As organizações profissionais estabeleceram códigos e cânones de moral que não têm nenhum significado, porque não podem ser aplicados. O Conselho de Imprensa britânico, que aprecia e delibera sobre as queixas apresentadas contra a Imprensa, não seria aceite nos Estados Unidos.

## **«Pertence à educação do jornalista agir como crítico da Imprensa»**

A crítica profissional da Imprensa principiou na América com o nascimento de revistas de opinião, como a «New Republic», a «Nation» e o velho «American Mercury». Durante as primeiras décadas deste século, aqueles órgãos e poucos outros forneceram a única crítica sensata da Imprensa. Nos últimos anos da década de Vinte e nos primeiros da de Trinta, esta raridade, um jornalista crítico, provocava regozijo.

Uma das anomalias da história do jornalismo norte-americano é que o crítico mais franco da Imprensa da nossa época foi, contra toda a expectativa, um editor numa pequena vila do Kansas, que não somente era um pilar nacional do

Partido Republicano, mas figura importante nas organizações de editores. Trata-se de William Allen White, da «Emporia Gazette», sem nenhuma dúvida o maior editorialista, depois de E. L. Godkin, um mestre na arte de invectivar controlando-se cuja implacável honestidade fazia que criticasse mesmo os seus amigos e colegas jornalistas. White sustentava e disse-o num discurso que chocou profundamente os participantes a um congresso da sociedade americana de directores de jornais pouco depois de 1930, que havia muitos proprietários de jornais que se preocupavam mais em desempenhar papéis políticos do que em preencher as funções tradicionais da Imprensa, que são as de um cão de guarda ao Governo. Foi o primeiro crítico responsável a sublinhar que, dado haver muitos directores de jornais que se haviam transformado em homens de negócios, os seus órgãos reflectiam os interesses e as convicções do meio de negócios, em vez dos interesses dos consumidores que eram leitores.

O saudoso A. J. Liebling sucedeu a White e ultrapassou-o como crítico da Imprensa. Aliava a uma magnífico estilo o conhecimento que um jornalista profissional tem da Imprensa e um sentido crítico agudo que se applicava quase sempre às verdadeiras orientações dos jornais, mais do que às personalidades dos seus directores. Enganava-se, por vezes, mas mais amiudadamente tinha razão e a sua crónica «The Wayward Press» (A Imprensa fantasmagórica), que apareceu regularmente durante anos na revista «The New Yorker», era considerada por muitos como a melhor crítica de Imprensa jamais feita. Liebling interessava-se, no entanto, por muitas coisas e a crítica da Imprensa não representava, para ele, mais do que uma ocupação entre outras.

A crítica da Imprensa na América generalizou-se largamente depois da morte de Liebling. Há críticos individuais, alguns talvez tão qualificados como Liebling, mas não dispõem da tribuna pessoal proporcionada pelo «New Yorker». Entre as principais críticas actuais há a «Columbia Journalism Review», publicação da escola de jornalismo da Universidade de Columbia, e os ecos mensais da «Saturday Review». As críticas aparecem ainda, de tempos a tempos, noutras revistas «literárias», como «Harper's», ou «Atlantic», e a crítica da Imprensa é ainda, como foi sempre, uma preocupação esporádica da «Nation» e do «New Republic». Fora isto, reina o silêncio.

Nos anos Quarenta, a Columbia Broadcasting System organizou um programa de rádio intitulado «CBS Views The Press» (A CBS passa a Imprensa em revista), uma avaliação semanal da produção da Imprensa, feita por Don Hollenbeck, jornalista de talento e inteligente. Esta emissão era bem acolhida por toda a gente, salvo pela própria Imprensa, mas após a morte de Don Hollenbeck foi necessário esperar alguns anos para assistir ao seu reaparecimento



na cadeia de Televisão da CBS e dirigida por Charles Collingwood. Desta vez, porém, o programa foi recebido com a habitual hostilidade da Imprensa e ainda pela apatia do público e depois de algumas emissões foi enterrado em silêncio.

A «Columbia Journalism Review» é dura nas suas críticas e por isso provocou fortes reacções entre os jornais, dos quais alguns parecem acreditar que as escolas de jornalismo não têm o direito de atacar uma instituição que têm por missão alimentar. Mas a «Review», dirigida pelo seu jovem chefe de redacção James Boylan, foi corajosa e sincera e insistiu no facto de que pertence à educação do jornalista agir como crítico de Imprensa.

## **A crítica da Imprensa é eficaz?**

A situação na América é diferente da que se observa noutras partes do Mundo. Nenhum jornal americano exerce, por exemplo, a influência que alguns possuem na Grã-Bretanha e em França relativamente ao Governo. Não há, também, na América, jornais importantes que são órgãos oficiais ou officiosos de partidos políticos, como acontece na Europa. E, é necessário acentuar, nenhum jornal americano é directamente controlado pelo Governo. Embora dispersa, a crítica da Imprensa pode existir na América e de uma forma mais organizada em qualquer outro país, salvo em Inglaterra.

Uma questão resta por esclarecer: a crítica da Imprensa, na América ou noutro país, é eficaz? Numa larga medida, a resposta deve ser — Não. O Conselho da Imprensa britânico constitui um significativo passo em frente, incitando a Imprensa a aceitar as suas responsabilidades, ao mesmo tempo que a sua liberdade, mas aparentemente esta ideia não poderá ser aceite noutros países e especialmente na América, onde os directores dos jornais declaram simplesmente e tranquilamente que são responsáveis. E ignoram, ou desacreditam, alguém que pretenda que não é esse sempre o caso...

Na realidade, a publicação de jornais transformou-se, nos Estados Unidos, quase exclusivamente numa empresa comercial. É um comércio que beneficia de um privilégio verdadeiramente excepcional e de que não usufrui nenhum outro. O Governo tem o poder de regulamentar os outros comércios e fá-lo por meio de uma rede de instituições e leis. Ora, além das taxas e das leis sobre difamação, os jornais estão fora de qualquer regulamentação e são ainda protegidos pela Constituição, que garante a sua liberdade. Isto significa, de facto, que não estão submetidos aos efeitos das leis económicas. Por outro lado, são inacessíveis à crítica, pois esta quase nenhum

feito tem sobre eles. As suas reacções perante a crítica são, por isso, as respostas humanas de indivíduos atacados por outros indivíduos: defendem-se, evidentemente, e muitas vezes atacam os atacantes.

John Tebbel

# O SINDICATO EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE

O presidente da direcção do Sindicato deslocou-se a Angola em missão profissional e aproveitou a oportunidade para tratar naquela província e em Moçambique de problemas relacionados com a efectiva sindicalização dos jornalistas profissionais daqueles dois territórios.

Em Angola, a solicitação dos colegas que ali exercem a profissão e com o assentimento da direcção, procedeu-se à eleição dos corpos gerentes da primeira Secção do Sindicato, que ficou assim constituída: Assembleia geral — presidente, Jaime Gonçalves de Figueiredo; secretários, Raimundo de Sotto Mayor e Carlos Alberto Vieira da Cruz; Direcção — Antero dos Santos Gonçalves; secretários, Carmo Veiga e D. Maria José Martins (Dala).

As entidades oficiais manifestam, em Luanda a melhor boa vontade na instalação efectiva do Sindicato na província, como o presidente da direcção teve oportunidade de observar. Os nossos colegas de Angola continuarão, assim, a beneficiar do esquema de assistência médico-medicamentosa de que usufruíam no Sindicato em que estavam integrados. Por outro lado, pretendem um acordo colectivo de trabalho e vão imediatamente encetar negociações nesse sentido, contando com o assentimento prévio da maior parte das empresas.

Um problema subsiste em Angola, relativamente aos jornalistas, sem possibilidade de solução rápida: a integração no Sindicato, como sócios efectivos, de jornalistas que exercem a profissão em publicações periódicas. Trata-se, na realidade, de jornalistas profissionais, muitos vindos da Imprensa diária e vivendo exclusivamente, ou quase exclusivamente, do seu emprego nessas publicações. O problema foi exposto oportunamente ao Sr. Ministro do Ultramar, mas, apesar do cuidado que a direcção do Sindicato tem colocado na sua resolução, afigura-se-nos difícil encontrar o meio de satisfazer os desejos dos nossos colegas de Angola, prejudicados nos seus legítimos interesses e direitos pela legislação que define o jornalista profissional.

O interesse manifestado pelos jornalistas de Angola quanto à sindicalização verifica-se entre os colegas de Moçambique pela sua integração efectiva no Sindicato. A direcção está representada naquela província pelo jornalista Ferreira Simões, que tem realizado obra útil e vem merecendo o apoio de todos os consócios. Também em Moçambique os nossos colegas pretendem negociar um acordo colectivo de trabalho que salvguarde os seus interesses e solicitaram para esse fim o apoio da direcção do Sindicato. Saliente-se que, tendo saído do Sindicato em que anteriormente estavam integrados, as suas quotizações estão cativas nos jornais, às ordens do Sindicato Nacional dos Jornalistas, e desistiram do sistema de assistência médico-medicamentosa proporcionado por aquele organismo. Aguardam agora, com compreensível interesse, a sua inclusão na Caixa de Reformas dos Jornalistas, a qual está há longos meses em estudo nos Ministérios competentes e que a direcção vai procurar concretizar pelos meios ao seu alcance.

Dado o atraso que se verifica na promulgação do decreto que institui a nova carteira profissional, a direcção resolveu emitir para os consócios de Angola e Moçambique os títulos de identificação provisórios que tem fornecido aos colegas da Metrópole.

## **Intercâmbio jornalístico**

*Um efectivo intercâmbio de jornalistas brasileiros e portugueses, em regime de estágio, foi proposto no II Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa. Trata-se de uma iniciativa do jornalista brasileiro Alves Pinheiro, integrado na delegação do seu país àquele congresso.*

*Segundo esse projecto, os Governos de Brasília e de Lisboa criariam condições especiais, designadamente no sector de transportes, a fim de que os jornalistas pudessem deslocar-se de um a outro país para estagiarem. As empresas jornalísticas comprometer-se-iam a pagar-lhes o salário mínimo local, sem prejuízo, no entanto, dos vencimentos a que teriam direito como funcionários efectivos. Considerar-se-iam, deste modo, os estagiários hóspedes das empresas jornalísticas ou dos Governos, ou dos próprios órgãos de Informação.*



# O GABINETE DE IMPRENSA NA FINAL DA TAÇA DOS CAMPEÕES EUROPEUS

Um conjunto de circunstâncias favoráveis fundamentou o convite que a direcção da Federação Portuguesa de Futebol me dirigiu para assumir a chefia dos Serviços de Imprensa da final da Taça dos Clubes Campeões Europeus que se disputou, em Lisboa, no passado dia 25 de Maio, pela primeira vez no nosso País. É que, para além de possuir uma razoável experiência de reportagens, do tipo internacional, com estadias, algumas de certo modo prolongadas, em países que costumam manifestar pelos problemas inerentes aos Órgãos de Informação uma certa atenção, desempenho presentemente, as funções de presidente da direcção do Clube Nacional da Imprensa Desportiva (C.N.I.D.), novel organismo que está filiado na Association Internationale de la Presse Sportive (A.I.P.S.). Este último aspecto terá sido, porventura, o mais importante, considerando a luta, de recorte perseverante, que a A.I.P.S. vem a desenvolver para se obter dos empresários desportivos o mínimo de condições essenciais susceptíveis de contribuírem para o exercício eficaz das actividades dos homens que labutam na cada vez mais vasta, complexa e exigente rede dos meios de comunicação social.

Depois das inúmeras dificuldades provocadas pelos japoneses, por ocasião dos Jogos Olímpicos, e de outras ocorridas em Inglaterra, no «Mundial» de Futebol, a A.I.P.S. tratou de intensificar a sua campanha, visando derrubar obstáculos que substancialmente só colidiam com os reais interesses das entidades patronais, as quais nem sempre se preocupam que aos seus funcionários se deparem, ou não, obstáculos para a realização das reportagens. Salvo honrosas excepções, o enviado especial é como a rocha onde batem as águas de qualquer maré. Recebem-se ordens e a questão limita-se a cumpril-as, ainda que tal acarrete uma infundável e imprivisível soma de sacrifício. Sobre este assunto seria talvez curioso, independentemente da sua utilidade, arquivar depoimentos de quantos têm saído do País em serviço profissional. O sector dos jornalistas desportivos de certo terá a narrar episódios bastante elucidativos...

A actual expansão do fenómeno desportivo, que não é tão recente como muitos podem julgar, determinou a adopção de uma atitude relativa por parte de quem assumiu a responsabilidade de informar a opinião pública, cuja curiosidade não conhece limites. Daí a extraordinária mobilização de tudo quanto é susceptível de facilitar a factura das reportagens. A premência do «factor-tempo»

alia-se o «factor-especialização» e para se conseguir a dupla-meta os processos são absolutamente legítimos desde que, como é óbvio, os preceitos da ética não sejam afectados, quanto às missões individuais, e as normas vigentes locais não sejam transgredidas.

A A.I.P.S., que tem 32 países filiados, reflecte os interesses de mais de cerca de um milhão de profissionais, se não superar já este número. Em breve, com as adesões do Canadá, Brasil, Argentina, Uruguai e Estados Unidos (aqui, o problema é complexo devido a haver por cada modalidade desportiva uma Associação de Jornalistas na mesma especializados...), esse «quorum» atingirá proporção invulgar, tendo em vista a pureza dos objectivos de quantos militam num sector específico que, apenas, se preocupa com o Desporto. Natural, portanto, que hajam sido tomadas medidas tendentes a uniformizar um processo de trabalho que não pode pactuar com flutuações ou improvisações.

De posse dessas regras, aprovadas por unanimidade no Congresso da A.I.P.S.

realizado em Helsínquia (1965), e retocadas, quanto a vários pormenores, pela Comissão de Futebol da A.I.P.S., que se reuniu por ocasião da Mesa Redonda, de Mônaco (1967), acontecimentos de que participei, tratei de as aplicar entre nós quando fui solicitado para pôr de pé a Organização-Imprensa da memorável final realizada no Estádio Nacional, recinto de invulgar beleza arquitectónica, no entanto, pouco funcional para solucionar, satisfatoriamente, as múltiplas questões relacionadas com o exercício dos Órgãos de Informação: Imprensa, Rádio, Cinema e Televisão.

Não foi fácil a tarefa. Nada havia feito e tudo era preciso fazer. Na emergência, foi preciosa a adesão incondicional da direcção da F.P.F. (um empresário desportivo...), quando todos nos capacitámos de que era forçoso despender-se um esforço que de qualquer forma pudesse robustecer o prestígio do Futebol Português e, mais do que isso, o prestígio de Portugal. Mentiria se não afirmasse, agora, que desde a primeira arrancada me norteou sempre esta segunda finalidade.

## Factos inéditos

*Como factos inéditos, dignos de registo especial, apontam-se entre outros os seguintes:*

— Na história das doze finais da Taça dos Clubes Campeões Europeus, funcionou pela primeira vez, nas instalações do Estádio onde se disputou o jogo, um Centro de Imprensa dotado dos meios essenciais para a realização de todo o tipo de reportagens.

— Nos 26 anos de existência do Estádio Nacional, os sectores destinados à Imprensa, à Rádio e Televisão apresentavam-se cobertos;

— Construção, na Praça da Maratona, de uma Tribuna da Imprensa que ofereceu uma perspectiva agradável que não destoou da harmonia do conjunto.

— Batido o «record» de presença e de movimento quanto às actividades da Imprensa, Rádio e Televisão;

— Criação de um Gabinete de Imprensa e nomeação do seu chefe segundo as directrizes da A. I. P. S.

— Instituição do sistema de caução para reserva dos lugares solicitados pelos jornalistas estrangeiros;

— Distribuição de brindes variados;

— Edição do Guia do Estádio Nacional;

— Estabelecimento de normas especiais para a utilização dos cartões de livre-trânsito em vigor no Estádio Nacional;

— Rigorosa «filtragem» no concernente à concessão de lugares na Tribuna da Imprensa, aspecto que foi escrupulosamente observado;

— Invulgar assistência prestada aos jornalistas estrangeiros;

— Reunião, em Lisboa, da Comissão de Futebol da A. I. P. S. que para o efeito se serviu de instalações cedidas pela Federação Portuguesa de Futebol.



Seria fastidioso rememorar a homérica pormenorização do que, passe a imodéstia, mereceu dos mais reputados jornais e jornalistas incondicionais referências elogiosas. E escutar elogios de oficiais do mesmo officio é facto que sensibiliza profundamente...

Assim, como prólogo da síntese dos extensos relatórios que entreguei na F.P.F., na U.E.F.A. e na A.I.P.S., direi, apenas, que jamais se procedeu à montagem de um Serviço de Imprensa, em qualquer parte do Mundo, destinado a um jogo de futebol que dura tão-somente, uma hora e meia. Para se encontrar um paralelismo semelhante aponto os Jogos Olímpicos e os Campeonatos Mundiais de Futebol, manifestações de três e quatro semanas de duração que atraem jornalistas na ordem dos mil.

Em pleno Estádio Nacional, estudadas as condições da sua praticabilidade, funcionou, pela primeira vez na história das doze edições da Taça dos Campeões Europeus, um Centro de Imprensa dotado dos requisitos mais modernos, tendentes a facilitar a missão dos enviados especiais. Lá, não faltou aquilo que o jornalista preza. Não se hesitou até em recorrer ao requinte, na emergência, plausível quando se tratava de completar um determinado esquema, felizmente, concretizado para satisfação geral.

Posto isto, que é já bastante alongado, passarei a reproduzir os passos mais importantes do relatório que a Organização-Imprensa justificou, esclarecendo que as actividades da Televisão e Rádio não dependeram dos Serviços que dirigi. Como órgãos de características técnicas especiais, a R.T.P. e a Emissora Nacional chamaram a si a resolução dos respectivos problemas particulares, a despeito de dos mesmos terem tido o conhecimento que era lógico, sobretudo no tocante à utilização de circuitos telefónicos e à utilização dos cartões de acesso e de livre-trânsito, uns e outros concedidos com o maior cuidado e apenas para quem ia realmente trabalhar. Foi rigorosa a filtragem. Os homens da TV e da Rádio, enfim, não foram esquecidos pelos Serviços de Imprensa. Também foram obsequiados com os brindes que couberam aos jornalistas, o que nem sempre acontece noutros países...

## Síntese das iniciativas realizadas

### *Sala da Imprensa*

A Sala da Imprensa compreendia três divisões:

#### *Salão principal*

1) Vinte máquinas de escrever Olivetti, das quais 15 eléctricas, do último modelo. Nas paredes painéis decora-

tivos da Olivetti e um, gigantesco, apresentando uma panorâmica área do Estádio Nacional;

- 2) Mesas facultadas pela Olivetti;
- 3) Dez aparelhos de telex;
- 4) Um aparelho de televisão;
- 5) Quatro funcionários da Olivetti, especializados em línguas, para prestarem esclarecimentos necessários aos jornalistas sobre o funcionamento das máquinas;
- 6) Dez funcionárias-teletipistas dos C. T.T., cinco das quais falando francês, inglês e italiano;
- 7) Dois intérpretes do S.N.I.;
- 8) Papel branco e papel químico.

### *Salão secundário*

- 1) Dez máquinas de escrever Olivetti.

### *Central telefónica*

- 1) Dezoito cabinas, das quais dez nas divisórias destinadas a chuveiros individuais que para o efeito foram adaptados convenientemente;
- 2) Instalação de um contador para serviço de chamadas de carácter local, considerando a inexistência no Estádio Nacional de cabina pública;
- 3) Oito telefonistas, falando vários idiomas.

### *Serviço de telefotografia*

Também funcionou desde as 17 horas do dia 23 o serviço de telefotografia dos C.T.T.. A Organização-Imprensa assegurou a montagem de uma vasta câmara escura num dos vestiários disponíveis do Estádio Nacional. Ali se reuniu considerável número de fotógrafos e de especialistas em trabalho de laboratório fotográfico.

### *Tribuna da Imprensa*

Instalada na Praça da Maratona, a dois metros da pista de atletismo, ofereceu magnífica visibilidade, proporcionando a intimidade que o futebol requer para melhor ser sentido. Além disso, a sua construção considerou o factor conforto.

### *Dimensões*

42 metros de comprimento; 6 metros de fundo; 3,60 metros de altura máxima e 2 metros do solo até ao apoio do primeiro degrau; cobertura a 2 metros do último, o quarto degrau; cobertura abrangendo 8 metros; pala de 2 metros; escada de acesso num dos topos; coxias laterais e central.

Cada lugar — 240, na totalidade — tinha 66 cm de largura, proporcionando comodidade.

Na primeira fila foi montada uma bancada onde se situavam os 33 telefones

solicitados por agências e jornais estrangeiros.

As três restantes filas dispuseram de banquetas elegantes, de modelo idêntico ao que existia no Estádio Nacional.

Em todos os lugares, assinalados com o nome do seu possuidor (caso dos estrangeiros), foram colocadas almofadas.

### *Serviço de transportes*

Do Parque Eduardo VII, em zona reservada pela P.S.P. a partir das 15 horas do dia 25, funcionou um serviço especial de autocarros para transporte dos jornalistas.

Depois do jogo, o mesmo serviço foi também garantido com eficácia.

### *Parque de estacionamento*

A Comissão Directora do Estádio Nacional reservou no parque n.º 3 o espaço suficiente para o estacionamento de cem veículos da Imprensa. Foram criados livre-trânsitos especiais para uma fácil movimentação no intenso tráfego.

### *Fornecimento de cervejas*

Na Sala da Imprensa, na Tribuna e nos sectores da Televisão e da Rádio, a Sociedade Central de Cervejas assegurou um eficiente serviço gratuito de cervejas das marcas «Sagres» e «Skol», que foi muito apreciado.

### *Brindes*

Aos jornalistas portugueses e estrangeiros e aos representantes da Televisão e da Rádio foram oferecidos os seguintes brindes:

- 1 — Pastas de material plástico, contendo um bloco de notas;
- 2 — Esferográficas;
- 3 — Conservas portuguesas;
- 4 — Bonecos regionais;
- 5 — Vinho do Porto;
- 6 — Publicações sobre motivos da História de Portugal;
- 7 — Publicações de carácter desportivo.

### *Gabinete de Imprensa da F.P.F.*

Montado na sede da F.P.F. o Gabinete de Imprensa ocupava duas salas. A partir do dia 22, entrou em pleno funcionamento desde as 10 às 24 horas, contando com a presença de representantes da Comissão Executiva (três membros) e de um secretário.

No dia do jogo, foram atendidos jornalistas estrangeiros até às 16 horas, e, depois dessa hora, em pleno Estádio Nacional.



### Guia do Estádio Nacional

Foi realizado, com boa apresentação gráfica, um Guia do Estádio Nacional, destinado a facilitar os movimentos dos jornalistas estrangeiros. O mesmo foi redigido em português, inglês, italiano e francês, com indicações esclarecedoras.

#### Programa do jogo

Com 48 páginas, profusamente ilustrado, foi posto à venda o programa oficial do jogo, redigido em português, inglês, italiano e francês, contendo saudações especiais do director-geral dos Desportos, do presidente da U.E.F.A. e do presidente da Direcção da F.P.F.

## Estatística e curiosidades

### Linhas telefónicas

— Linhas telefónicas montadas no Estádio Nacional para serviço geral da Imprensa, Rádio e Televisão .....	132
— Centrais telefónicas para serviço no Estádio Nacional .....	2
— Telefones instalados na Tribuna da Imprensa .....	33
— Telefones, na central telefónica, do Centro de Imprensa .....	18

### Televisão

— Países que realizaram a transmissão directa, com comentadores .....	21
---	----

**Relação:** Portugal, Espanha, França, Inglaterra, (duas estações), Bélgica, (duas estações), Holanda, Alemanha Federal, Suíça, (três estações), Áustria, Itália, Tunísia, Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, Checoslováquia e Hungria.

— Países que realizaram a transmissão directa, sem comentadores .....	6
---	---

**Relação:** Luxemburgo, Irlanda, Polónia, Roménia, Marrocos e Bulgária.

— Total de pessoas que trabalharam directamente na transmissão da Televisão .....	80
---	----

### Pormenorização:

— Comentadores .....	22
— Operadores .....	34
— Manutenção .....	10
— Relações públicas .....	10
— Directores e chefes de serviço .....	4

### Rádio

— Transmissões directas .....	10
-------------------------------	----

**Pormenorização:** Argentina, Inglaterra, Itália, França, Alemanha Federal (Munich), Alemanha Federal (Baden-Baden), Noruega, Bélgica, Suíça e Portugal.

— Total de pessoas que trabalharam, directamente, nos relatos radiofónicos .....	47
--	----

**Pormenorização:** Inglaterra (3), Itália (1), França (2), Alemanha Federal (2), Noruega (1), Bélgica (2), Argentina (1), Suíça (1) e Portugal (9).

Técnicos .....	25
----------------	----

### Imprensa

Por nacionalidades, estiveram presentes, no Estádio Nacional, entre redactores e fotógrafos, os seguintes contingentes.

— Grã-Bretanha .....	48
— Itália .....	45
— França .....	14
— Suíça .....	13
— Holanda .....	11
— Espanha .....	10
— Bélgica .....	9
— Alemanha Federal .....	4
— Turquia .....	3
— Brasil .....	2
— Marrocos .....	2
— Suécia .....	1
— Dinamarca .....	1
— Bélgica .....	1
— Portugal .....	110

Total de redactores estrangeiros .....	143
Total de redactores portugueses .....	76
Total de fotógrafos estrangeiros .....	21
Total de fotógrafos portugueses .....	34

**Pormenorização, por países, dos fotógrafos estrangeiros:**

— Grã-Bretanha .....	9
— França .....	4
— Holanda .....	3
— Itália .....	2
— Turquia .....	1
— Suíça .....	1
— Alemanha Federal .....	1

Exerceram a sua missão, no Estádio Nacional, as seguintes agências noticiosas: Reuter, UPI, Europa Press, France Press, Lusitânia e Associated Press, cujos representantes foram já incluídos nos contingentes anteriores, considerando as respectivas nacionalidades.

### Anotações várias

Não procederam ao levantamento dos bilhetes reservados os seguintes quanti-

tativos, pelo que, como é óbvio, não foram incluídos nas relações anteriores:

— Itália .....	7
— Grã-Bretanha .....	1
— Áustria .....	2

Apesar de estar determinada a caução (20 dólares ou 600\$00) e de se ter insistido na sua entrega, nenhum dos elementos citados, que não compareceram em Lisboa, o fez. Tal demonstrou a vantagem de se continuar com o regime de caução. Esclarece-se que a final da Taça dos Clubes Campeões Europeus serviu de cobaia para se avaliar da conveniência ou inconveniência dessa obrigatoriedade.

Quanto às cauções prestadas, verificou-se uma falha calculada em 33 por cento. Quer dizer, dos 164 (redactores e fotógrafos estrangeiros 67% cumpriram a recomendação da A.I.P.S. e que Portugal aplicou pela primeira vez num acontecimento desportivo de carácter internacional.

O conjunto dos órgãos de informação — Imprensa, Rádio, Televisão e Cinema — no concernente a estrangeiros atingiu o total de 194 pessoas.

Esclarece-se que a única equipa cinematográfica que se deslocou a Lisboa era constituída por quatro britânicos.

Os órgãos de informação portugueses contaram com representantes do Continente, Ilhas e Ultramar.

A presença feminina, no «batalhão da informação», cifrou-se em 4 senhoras, das quais duas fotógrafas, sendo uma portuguesa.

A Sala da Imprensa, no Estádio Nacional, cessou a sua actividade cerca da 1 hora do dia 26, após cerca de 10 horas ininterruptas. Admirável, por conseguinte, o espírito de sacrifício de quantos ali colaboraram. As referências mais elogiosas, no caso, devem ser outorgadas as funcionárias dos C.T.T., dos serviços de telex e telefone. Vem a propósito informar que as teletipistas transmitiram crónicas em português, espanhol, francês, inglês, alemão, holandês, italiano e turco, com uma margem escassíssima de erros. O facto mereceu, por isso, dos jornalistas estrangeiros comentários de muito apreço.

**Fernando Soromenho**



# QUESTÕES DE ESTILO

Ken Graham Thomson é um jornalista que gerações de leitores do «World's Press News» apreciaram sob o pseudónimo de «Dr. Syntax». Abandonou já a profissão, mas continua a ocupar as funções, para que foi eleito há vinte e um anos, de secretário-adjunto da Associação da Imprensa da Grã-Bretanha. Foi nomeado, recentemente, sócio honorário da National Union of Journalists, da qual era membro há quarenta anos, e continua a ocupar-se de problemas da técnica do jornalismo, como se observa pelo artigo que a seguir publicamos.

Sempre me interessaram os livros que tratam do estilo jornalístico, especialmente porque gosto de apreciar os conselhos que os directores de jornais dão ao seu pessoal redactorial. Não estou sempre de acordo com as regras que enunciam, mas reconheço ser apreciável a sua contribuição para a formação de jornalistas menos experimentados, para a uniformidade do estilo, da ortografia, etc., o que é primordial na produção de um bom jornal.

O administrador-director do «Gravesend & Dartford Reporter» teve a gentileza de enviar-me um exemplar do seu «Livro de estilo tipográfico». Chama-se J. A. Neal e diz-me que, na sua opinião, «trata-se do primeiro livro sobre estilo jornalístico a ser publicado na história do Jornal, que tem 106 anos». Felicitado e ao mesmo tempo espanto-me por em 106 anos nenhum dos homens que ocuparam, antes dele, a chefia da redacção do seu jornal, não tivessem pensado fornecer esta espécie de directivas ao seu pessoal.

O livro trata em síntese de aspectos da prática jornalística, agrupados sob títulos tais como «armadilhas legais», «a maneira de escrever dramatizando em excesso», «datas e momentos», «nomes colectivos», «relatos dos tribunais», «abreviações», etc. Sinto satisfação por poder, com a autorização do sr. Neal, dar alguns dos seus conselhos e regras, com a esperança de que outros poderão com eles aproveitar.

Os jovens jornalistas e os correspondentes regionais deveriam tomar nota das observações do sr. Neal acerca da dramatização excessiva, a propósito da qual escreve:

«É necessário evitar escrever desta maneira: o sr. Bill Smith morreu na quarta-feira na sua bela residência, em South Terrace, 12, em Dartford. Dizei simplesmente que morreu em casa, South Terrace, 12. Não se deve, jamais, querendo dramatizar um acontecimento, procurar revesti-lo de interesse, quando ele

efectivamente não o tem. Fazei só uma exposição real do que se passou.

Outra maneira de escrever que é absolutamente necessário evitar: loira, esbelta e atraente hospedeira do ar, Wendy Daydream, de 21 anos, tem uma grande ambição. De acordo quanto à atraente loira, mas não exagereis com monstruosidades de adjectivos.

Uma regra geral para toda a reportagem é que deve ser simples e concisa, feita de frases curtas e incisivas. O interesse do leitor diminui rapidamente, quando nas notícias estão disseminadas demasiadas coisas fora de propósito e quando a narrativa se afasta do tema central e adquire a aparência de não conduzir a parte alguma.

Há momentos em que é preciso ter em conta que a qualidade é mais importante do que a quantidade».

Há, evidentemente, neste livro alguns pormenores sobre os quais não estou de acordo. Por exemplo, e apesar do objectivo ser poupar espaço e tempo abreviando datas (26 Abril, e não 26 de Abril), o autor admite um desperdício de espaço e de tempo para intercalar pontos em grupos de iniciais (R.A.F. e O.N.U., em vez de RAF e ONU) e com a inclusão de «com a idade de» nas suas descrições. «O sr. James Smith, com a idade de 19 anos, habitando em Valley Drive, 42» é uma informação que pode passar sem «com a idade de» e sem «habitando em». Na minha opinião, e creio também que todos os pontos em grupos de siglas conhecidas são desnecessários.

O livro dá algumas pequenas regras sob os títulos «Jamais» e «Sempre», Eis alguns «jamais»: não começar nunca uma frase por um número em cifras; escrevi, por exemplo, «dezasseis anos depois» e não «16 anos depois». Nunca se deve dizer que «abandonou esta vida», ou «deixou de existir» — morreu, simplesmente. Não escreveis nunca «um record» de todos os tempos», porque, salvo opinião em contrário, um «record»

deve ser de todos os tempos. Da mesma forma, não deve escrever-se «absolutamente pela primeira vez», pois é suficiente «a primeira vez».

Ken Graham Thomson

## Um exemplo a seguir e uma justa aspiração

*No nosso número anterior fizemos referência ao novo contrato de trabalho para a classe dos tipógrafos e no qual constavam já as regalias que nós, jornalistas, havíamos sido os primeiros a alcançar, no sector da Imprensa: diuturnidades e subsídios de férias. Seria bom que essas regalias se tornassem extensivas aos empregados de administração e revisores, que há cerca de três anos vêm trabalhando nesse sentido, sem nada conseguirem, não obstante o projecto do contrato ter já sido dado como concluído e aprovado. Não nos parece justo existir uma classe em situação de inferioridade dentro das mesmas empresas. Por isso, esperamos que, muito em breve, os nossos colegas possam ver satisfeitas as suas naturais e justas aspirações.*



# AGUARDAM HOMOLOGAÇÃO OS NOVOS CORPOS GERENTES DO SINDICATO

Foram eleitos e aguardam a necessária homologação para entrarem oficialmente em actividade os corpos gerentes do Sindicato Nacional dos Jornalistas que vigorarão no triénio de 1967-69.

A Direcção que foi empossada em 25 de Abril de 1964 e terminou o seu mandato no final de 1966 publicou no relatório e contas da gerência deste último ano uma pormenorizada exposição sobre a actividade que levou a cabo ao longo da sua gestão, durante a qual, conforme acentua no documento, «viu concretizadas, ou a caminho de realização, quase todas as aspirações apresentadas aos consócios como objectivos que se propunha atingir». Lê-se na citada exposição: «Representando trabalho esforçado, que a massa associativa acompanhou interessadamente (e no qual participou, na medida em que todas as suas fases foram executadas com o seu conhecimento e em cumprimento da opinião exprimida pelos consócios na Assembleia Geral), essa acção caracterizou-se por alguns aspectos que há vantagem em fixar para informação dos futuros corpos directivos e da Classe. A sua análise permite concluir quais os melhores meios a utilizar para defender os nossos interesses. Não faremos, no entanto, essa análise. Deixamos aos consócios o cuidado de extrair dos factos expostos as conclusões a que eles conduzem».

Em traços gerais, a Direcção expõe os rumos essenciais da acção que desenvolveu e que levaram, nomeadamente, à assinatura de um novo contrato colectivo para os jornalistas da Imprensa Diária (convénio que estabeleceu para os jornalistas, pela primeira vez em Portugal, subsídio de férias, diuturnidades, melhor remuneração do serviço extraordinário, melhores horários de trabalho, etc.); à assinatura de um acordo para os jornalistas das agências noticiosas, o primeiro firmado para estes profissionais e contendo benefícios semelhantes aos que passaram a usufruir os jornalistas dos jornais diários; à publicação do decreto-lei que inclui

no Sindicato os jornalistas dos jornais desportivos e do Ultramar e à próxima promulgação do decreto que conterà o primeiro Regulamento da profissão; à extensão do Sindicato às províncias ultramarinas; à efectiva representação do Sindicato na Caixa de Reformas dos Jornalistas, etc.

Terminando a sua exposição, a Direcção do Sindicato observa:

«Expondo, em traços gerais, o que foi a sua actividade, a Direcção é levada a concluir que conduziu a bom termo as principais finalidades que se propusera atingir no início da sua gestão.

Não relatou, contudo, a luta árdua que foi obrigada a sustentar para a concretização das aspirações designadas. Do exposto percebe-se, no entanto, que o mandato cumprido foi assinalado por combate constante, sem tréguas nem interrupções, para prevalência dos pontos de vista que em nome da Classe defendíamos. Nesse combate houve, por vezes, que adoptar posições rígidas e que exprimir com vigor atitudes que poderiam ferir a susceptibilidade das pessoas ou interesses. Fê-lo, sempre, a Direcção, sem hesitar, pois estavam em causa os direitos da massa associativa, mas também sem prazer. Quando teve que acusar, embora as acusações se justificassem, quando foi mister criticar, não obstante as críticas serem fundamentadas, a Direcção adoptou corajosamente as posições que se impunham, mas só porque era necessário proceder dessa forma e não pelo gosto da fácil demagogia. E, finalmente, quando o seu critério foi contemplado pelo êxito, procurou com satisfação contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para um ambiente de concórdia e colaboração entre os jornalistas e as entidades oficiais e patronais.

Conforme acentuámos na introdução ao relatório, o que se expõe fica registado porque pode servir à Classe, designadamente a futuros corpos gerentes,

para informação sobre os melhores meios a utilizar na defesa dos interesses da massa associativa. Não extrairemos de quanto foi exposto — como também dissemos — as conclusões que se impõem. Excepto uma: a de que só com trabalho árduo, agindo com isenção, não tendo incorrer no desagrado de quem quer que seja, a Direcção do Sindicato pode agir eficientemente.

E se a Direcção que termina agora o seu mandato não espera louvores (que, aliás, não lhe têm faltado os da Classe), se não aguarda palavras de apreço por ter resistido a pressões (que as houve, no tocante a alguns componentes dos seus corpos gerentes, por parte de entidades patronais e oficiais), uma atitude espera dos consócios: que saibam defender as regalias árduamente alcançadas e o organismo por intermédio do qual elas foram conquistadas. De nada serve conseguir-se melhores contratos de trabalho, se os próprios interessados não souberem zelar pela sua aplicação; nem melhor regulamentação do exercício profissional, se se considerarem letra morta os seus postulados; e de nada serve o Sindicato empenhar-se na defesa dos interesses dos associados, se estes desprezarem os direitos conquistados.»

**Nova Lisboa Gráfica, Lda.**

●  
T I P O G R A F I A  
E N C A D E R N A Ç Ã O  
D E S E N H O  
G R A V U R A S  
●

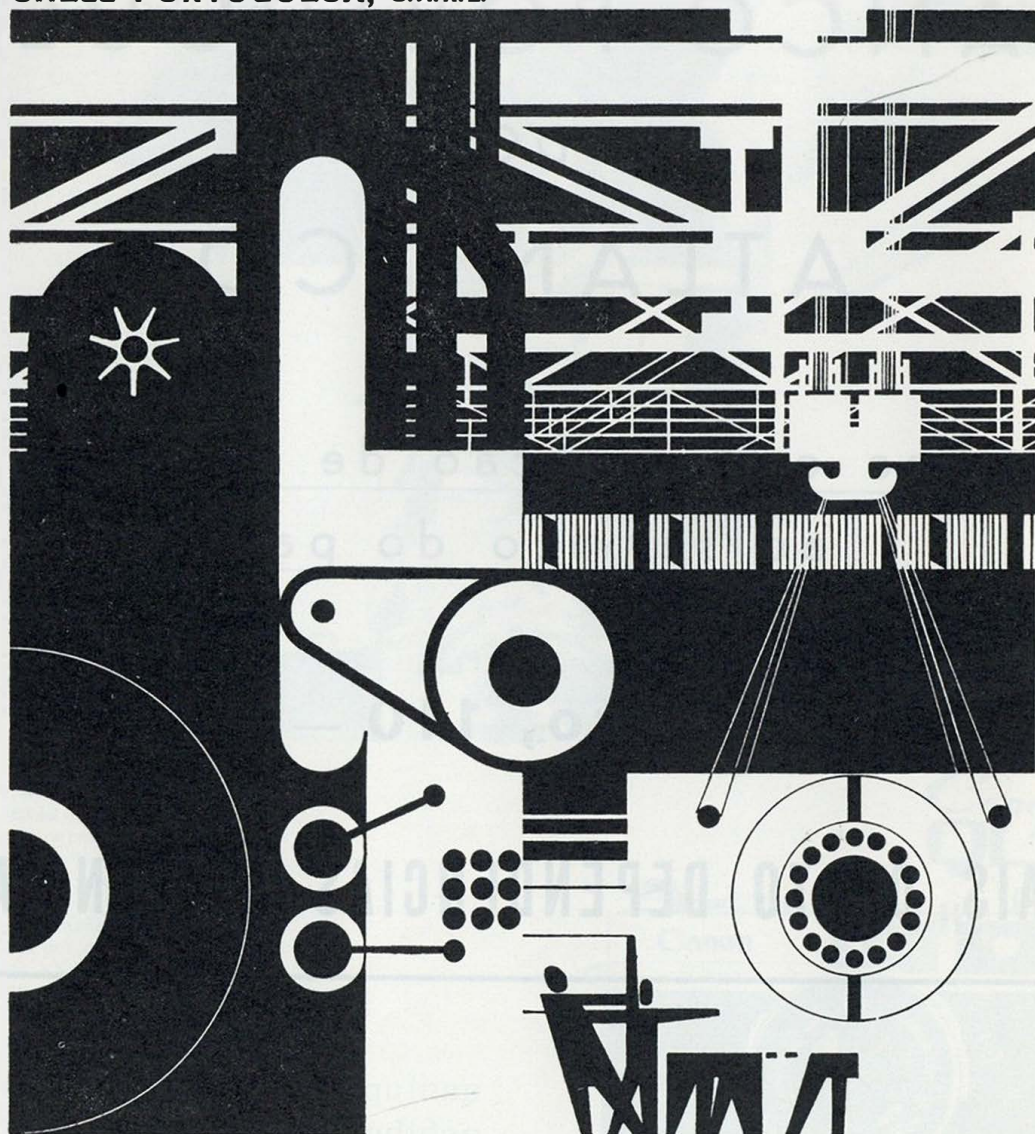
TRAV. DO FALA-SO, 11-B, 11-C, 11-D  
TELEF. 3 58 21 — LISBOA





A SHELL PORTUGUESA TEM, A DISPOSIÇÃO DAS GRANDES EMPRESAS, PESSOAL ESPECIALIZADO EM TODOS OS PROBLEMAS OU NECESSIDADES DA INDÚSTRIA, E OFERECE-LHES UMA GAMA, SEMPRE EM AUMENTO, DE PRODUTOS CUJA QUALIDADE É GARANTIDA POR UMA LONGA EXPERIÊNCIA E PELO TRABALHO CONTÍNUO DE LABORATÓRIOS E CENTROS DE PESQUISAS ESPALHADOS POR TODO O MUNDO,

**SHELL PORTUGUESA, S.A.R.L.**





**BANCO PORTUGUÊS  
DO  
ATLÂNTICO**

Uma organização de crédito  
ao serviço do país

**Rua do Ouro, 110 — Lisboa**

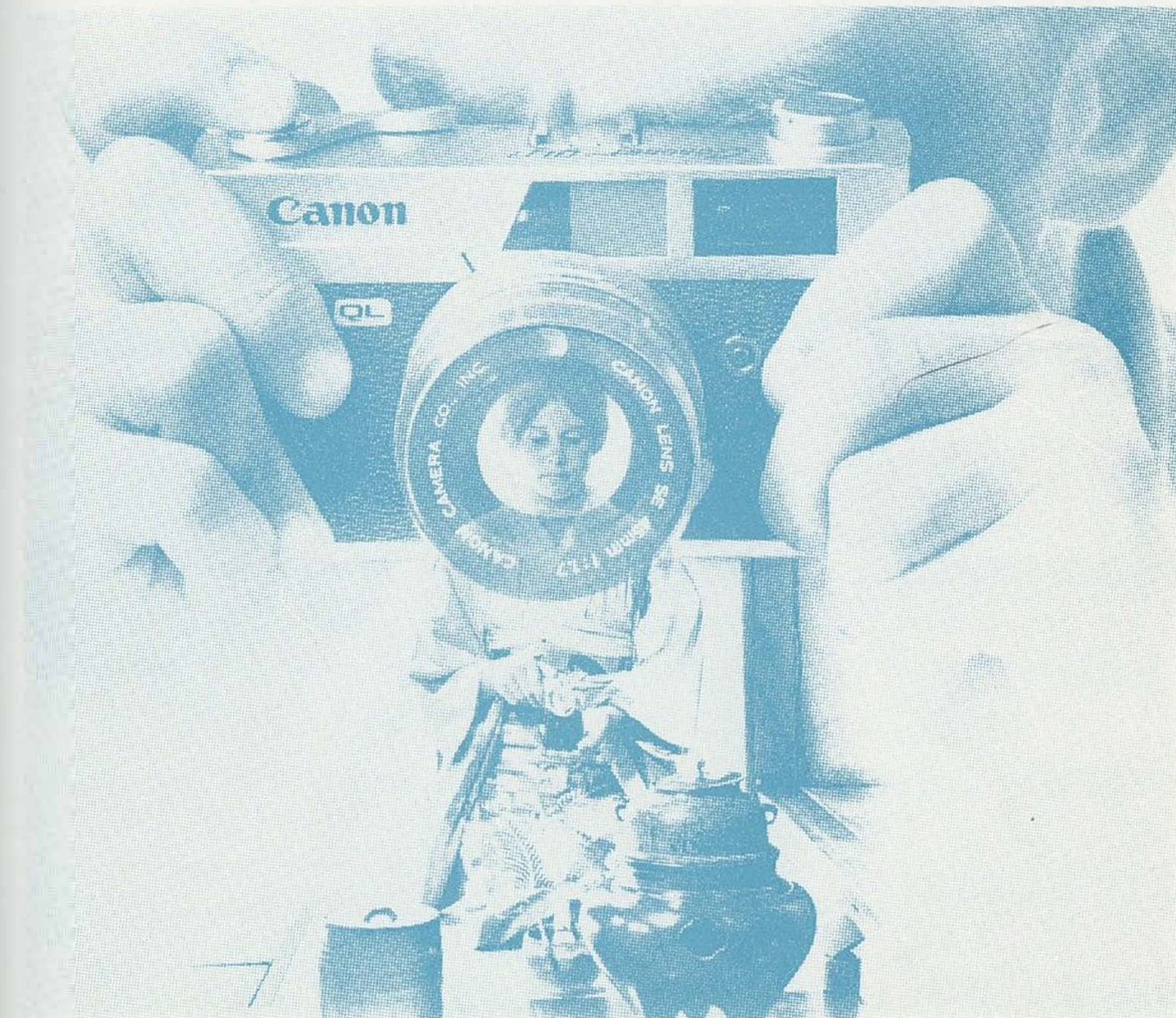
**MAIS, DE 70 DEPENDÊNCIAS E AGÊNCIAS**



# Canon

a melhor óptica  
fotográfica do mundo

## TORNA A FOTOGRAFIA FASCINANTE!



O elevado poder de resolução das objectivas que equipam todas as Canonet permite a melhor nitidez nas fotografias a preto e branco, e completa correcção das aberrações ópticas na fotografia a cores. A popularidade das Canonet foi alcançada devido à facilidade do seu manejo, e à qualidade dos resultados obtidos.

*Canonet*  
**QL17**



As Canonet são as máquinas fotográficas mais vendidas em todo o mundo.

Distribuidores:



sonipol Av. 5 de Outubro, 56 - Lisboa



*suba  
connosco*



**BANCO  
PORTUGUÊS  
DO  
ATLÂNTICO**

Rua do Ouro, 110-LISBOA

MAIS DE 70 DEPENDÊNCIAS E AGÊNCIAS